



Relatório de Assessoria de Imprensa

Período: 03/12/2020 a 04/12/2020





Imagens dos Clippings (a seguir)

Índice**190RN | RN**

SEBRAE RN / FECOMÉRCIO RN

Guarda Municipal realiza segurança preventiva do “CDL nos Bairros”

Notícias - 03/12/2020

5

Blog de Assis | RN

FECOMÉRCIO / SENAC RN / MARCELO QUEIROZ

Senac RN está entre os 100 lugares mais incríveis para trabalhar no Brasil

Notícias - 03/12/2020

6

Tribuna do Norte / RN**STF começa julgamento sobre reeleição no Congresso**

Notícias - 04/12/2020

7

Tribuna do Norte / RN**Natal tem maior índice de famílias endividadadas do País**

Notícias - 04/12/2020

8

Tribuna do Norte / RN**Em Mossoró, Mourão critica 'assistencialismo'**

Notícias - 04/12/2020

9

Tribuna do Norte / RN**PIB cresce 7,7%, mas não repõe perdas da pandemia**

Notícias - 04/12/2020

10

Tribuna do Norte / RN**'Dívida podre' do RN alcança R\$ 4 bi**

Notícias - 04/12/2020

11

O Globo | SP**País cresce 7,7% no terceiro tri, mas incerteza pesa sobre retomada**

Notícias - 04/12/2020

12

O Globo | DF**Montanha-russa, cinco histórias que ilustram o inusitado ano de 2020 na economia**

Notícias - 04/12/2020

13

O Globo | DF**Câmara aprova MP que cria casa Verde e Amarela**

Notícias - 04/12/2020

14

Folha de São Paulo | DF**Economia está voltando em V, realmente está voltando, diz Guedes**

Notícias - 04/12/2020

15

Folha de São Paulo | DF**Dados mostram que auxílio era necessário para arrefecer recessão**

Notícias - 04/12/2020

16

Valor Econômico | SP**PIB per capita deve levar dez anos para voltar ao nível de 2013**



Noticias - 04/12/2020	17
O Globo DF Guedes vê rápida recuperação Noticias - 04/12/2020	18
Valor Econômico SP PIB foi inflado por demanda que não vai repetir, diz Kawall Noticias - 04/12/2020	19
Folha de São Paulo SP Turbinada por auxílio e juros baixos, economia cresce 7,7% no 3º trimestre Noticias - 04/12/2020	20
Folha de São Paulo SP Pandemia segura recuperação dos serviços Noticias - 04/12/2020	21
Valor Econômico SP PIB tem alta recorde, mas quadro à frente é nebuloso Noticias - 04/12/2020	22

RELATÓRIO

O crescimento da economia do país foi o grande destaque no clipping de hoje. Os principais jornais do país trouxeram matérias que explicam o crescimento, sua relação com a pandemia e o auxílio emergencial distribuído pelo governo federal. Com alta de 7,7% entre julho e setembro, a economia do país cresceu significativamente, mas não é o suficiente para recuperar o que foi perdido durante a pandemia de covid-19, é o que aponta a matéria publicada na manhã de hoje no jornal O Globo, na página 12 deste clipping. Ainda no jornal O Globo (página 18 do clipping), o ministro da Economia, Paulo Guedes, vê rápida recuperação da economia, avaliando que o caminho está aberto para o fim do auxílio emergencial. Já o jornal Folha de São Paulo relata que os números divulgados mostram que o auxílio foi a força motriz da melhora do PIB. Este artigo está na página 16 deste clipping

O jornal local Tribuna do Norte traz a notícia que Natal tem o maior índice de famílias endividadas do país, um dos impactos diretos da pandemia de covid-19. Os dados são da Radiografia do Endividamento, realizada pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP). O levantamento aponta que a cidade atingiu, em junho de 2020, o percentual de 96%, tornando-a a capital com maior número de famílias endividadas. Esta matéria está na página 08 deste clipping.

Veículo: 190rn - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 03/12/20

Título: Guarda Municipal realiza segurança preventiva do "CDL nos Bairros" **Impacto:** Positivo

Link: <https://190rn.com/natal/2020/12/guarda-municipal-realiza-seguranca-preventiva-do-cdl-nos-bairros>

Guarda Municipal realiza segurança preventiva do "CDL nos Bairros"

Por Daniel Morais - 3 de dezembro de 2020



A Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social (Semdes) disponibilizou equipes do Grupamento de Ação Patrimonial da Guarda Municipal do Natal (Gapa/GMN) para atuar na segurança preventiva e ostensiva do evento empresarial "CDL nos Bairros", que acontece no Alecrim. O evento, promovido pela Câmara de Dirigentes Logistas de Natal em parceria com o Sebrae/RN, está sendo realizado na Praça Gentil Ferreira, e segue até a próxima sexta-feira (04), no horário das 8h às 17h, e no sábado das 8h às 13h.

O patrulhamento do Gapa/GMN ocorre de maneira permanente durante todos os dias de realização do evento. Estão sendo utilizados guardas municipais que patrulham a área a pé circulando entre as pessoas que visitam as tendas armadas na Praça Gentil Ferreira, onde são oferecidos diversos serviços, a exemplo de orientações de negócios, atendimento do MEI, consultas a SPC, emissão de certificado digital, orientações com profissionais da contabilidade, entre outros.

Um ponto importante para a segurança do evento CDL nos Bairros é que a Praça Gentil Ferreira conta hoje com uma Base Regional da Guarda Municipal que funciona 24h. O investimento realizado pela Prefeitura do Natal possibilitou melhor segurança ao comércio e a população local. "Hoje eventos podem acontecer na Praça com toda a segurança. Temos guardas municipais que patrulham e interagem cotidianamente com empresários e populares que circulam no Alecrim, o que resulta numa área comercial mais protegida", comentou a secretária da Semdes, Mônica Santos.

Durante o evento o secretário de Governo, Fernando Fernandes, visitou a base da GMN na Praça Gentil Ferreira e cumprimentou os guardas municipais pelo trabalho de segurança realizado na maior área de comércio popular da capital. O CDL nos Bairros conta com apoio da Prefeitura do Natal (Sempla, Procon, Semurb, Semdes), Governo do Estado, Sebrae/RN, Fecomércio/RN, Cosern, Associação dos Empresários do Bairro do Alecrim, além de diversas empresas privadas.

Veículo: Blog de Assis - **Tipo de Mídia:** Blog - **Data:** 03/12/20 - **Cidade/UF:** João Câmara / RN

Título: Senac RN está entre os 100 lugares mais incríveis para trabalhar no Brasil

Link: <https://blogdeassis.com.br/estado/senac-rn-esta-entre-os-100-lugares-mais-incriveis-para-trabalhar-no-brasil/198730>

Senac RN está entre os 100 lugares mais incríveis para trabalhar no Brasil



Em cerimônia de premiação on-line realizada na tarde desta terça-feira (01), a Fundação Instituto de Administração (FIA) e o Portal UOL anunciaram o Senac RN como um dos "100 Lugares Mais Incríveis para Trabalhar no Brasil".

A premiação traz o ranking das 100 empresas no país com os mais altos índices de satisfação dos seus colaboradores e é baseado na pesquisa Employee Experience, elaborada por pesquisadores da FIA.

Cerca de 320 empresas participaram da seleção do prêmio, que ocorreu entre os meses de agosto e setembro, contemplando um questionário respondido pelo RH sobre mais de 300 práticas de gestão e análise de um conjunto de 100 frases assertivas sobre clima e cultura corporativa, onde funcionários indicaram, em anonimato, se concordam ou discordam.

O presidente do Sistema Fecomércio RN, Marcelo Queiroz, destaca a importância da conquista em um cenário de desafios impostos pelos novos modelos de trabalhos gerados em virtude da pandemia Covid-19.

"Em 2019, o Senac RN foi eleito no Guia Você S/A, pelo sexto ano consecutivo, como uma das 150 Melhores Empresas para Trabalhar no Brasil. Agora, em 2020, mesmo em meio a todos os impactos negativos causados pela Pandemia Covid-19, o Sistema Fecomércio manteve seus esforços em oferecer aos seus colaboradores o melhor clima organizacional possível. Esse reconhecimento nacional ratifica a continuidade de um modelo de gestão que se preocupa em ouvir e desenvolver as melhores ferramentas para manter um excelente ambiente corporativo, mesmo em tempos de crise como a que enfrentamos neste ano", declarou Queiroz.

De 2014 a 2019, o Senac RN foi eleito pelo Guia Você S/A – desenvolvido anualmente pelo Grupo Abril em parceria com a FIA – como uma das melhores empresas para se trabalhar no Brasil, na categoria Educação. A publicação traz o ranking das 150 melhores empresas, avaliadas com base no índice de felicidade – calculado a partir de critérios que consideram a qualidade no ambiente funcional e na gestão de pessoas.

Instituição vinculada ao Sistema Fecomércio RN, o Senac é uma entidade privada, sem fins lucrativos, que investe recursos na qualificação e formação profissional. Atualmente, tem mais de 440 colaboradores no estado e possui oito unidades fixas, localizadas nos municípios de Natal, Caicó, Assú e Mossoró.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 03/12/20 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: STF começa julgamento sobre reeleição no Congresso **Impacto:** Neutro

TRIBUNA DO NORTE

geral

Natal - Rio Grande do Norte
Sexta-feira, 04 de dezembro de 2020 **5**

STF começa julgamento sobre reeleição no Congresso

« SUPREMO » Decisão vai ser no plenário virtual, ferramenta que permite aos ministros analisarem os casos sem reunião física ou videoconferência



Para concorrer à reeleição, Rodrigo Maia e Davi Alcolumbre precisam que o STF não julgue uma recondução como inconstitucional

O Supremo Tribunal Federal (STF) começa a decidir hoje, 4, sobre a possibilidade de reeleição de Rodrigo Maia (DEM-RJ) à presidência da Câmara e Davi Alcolumbre (DEM-AP) ao comando do Senado. O julgamento será no plenário virtual, ferramenta que permite aos ministros analisarem os casos sem reunião física ou por videoconferência. A ação foi ajuizada pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que pede ao Supremo que proíba a recondução em qualquer situação.

Na avaliação de advogados ouvidos pela reportagem, apenas uma mudança constitucional permitiria reeleição aos atuais presidentes da Câmara e do Senado. O advogado Bruno Salles, sócio do Cavalcanti, Sion e Salles, lembra que atualmente a reeleição para os cargos é vedada apenas na mesma legislatura. "No entanto, há o entendimento de que, caso se inicie nova legislatura, não se aplica a vedação, podendo um parlamentar que se reeleger nas urnas, se reeleger

Este é o caso de Rodrigo Maia. Ele foi eleito para comandar a Câmara no biênio 2017-2018. Com novo mandato conquistado nas urnas, foi novamente escolhido como presidente do Parlamento para o período 2019-2020.

"A matéria que ora se discute é eminentemente relativa à organização interna do Poder Legislativo (interna corporis). A intervenção da Suprema Corte é sempre vista com delicadeza. Por outro lado, não se pode negar ao Supremo Tribunal Federal a sua prerrogativa de interpretação da Constituição", diz Salles.

O advogado defende ainda que, para vedar ou permitir expressamente a reeleição dos presidentes das Casas, é necessário alterar o texto constitucional, incumbência exclusiva do Poder Legislativo. "Sem sombra de dúvidas seria mais fácil convencer o STF a dar uma interpretação mais estrita ou mais modificativa ao texto constitucional, como ocorreu na temporária admissão da prisão após o julgamento em segunda instância.

do", complementa.

O advogado constitucionalista Adib Abdouni também entende que apenas uma mudança na Constituição pode alterar o atual sistema. "O texto constitucional em seu artigo 57 é expresso ao afirmar que a eleição das Mesas de cada uma das Casas do Congresso Nacional prevê um mandato de dois anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente. De tal sorte - por mais que compreenda que a Câmara e o Senado têm independência para regular suas próprias eleições -, descabe ao STF deixar de enfrentar a questão constitucional posta, haja vista que as violações à Constituição Federal, ainda que ocorridas no âmbito de procedimentos parlamentares, não são, de acordo com a jurisprudência do STF, questões 'interna corporis'". diz.

Adib também não vê possibilidade em adotar a interpretação extensiva de que, pelo fato do presidente da República poder buscar um segundo mandato, a reeleição para presidir as Casas Legislativas também seria permitida. "Somente uma

visão desse propósito simples previsão regimental dissonante do texto constitucional, tampouco a aplicação de interpretação extensiva - por simetria - da norma que autoriza o Presidente da República a reeleger-se", observa.

Para a advogada Vera Chemim, especialista em direito constitucional, o Supremo deve impor o devido respeito à norma constitucional e exigir o seu cumprimento, mesmo que questão seja reconhecida como 'interna corporis' do Poder Legislativo.

"O STF deve inquestionavelmente enfrentar o tema e decidir sobre o óbvio: o respeito incondicional ao texto constitucional, sob pena de perder mais uma vez a sua credibilidade, sem mencionar o fato de que estaria se omitindo para se livrar de uma responsabilidade que lhe é inerente, além de concorrer para o desvirtuamento da dita norma que muito provavelmente será modificada oportunamente pelo Poder Legislativo, para atender objetivos e finalidades diversas do interesse público e, por consequência, da Constituição brasi-

« FISCALIZAÇÃO »

Rodrigo Maia critica 'meta fiscal flexível' para 2021

TCU emitiu um alerta ao governo federal por considerar a proposta inadequada

que o governo diga, como o Copom diz quando toma uma decisão sobre juros", afirmou. "Não ter meta, uma meta flexível é uma jabuticaba brasileira."

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), criticou a meta flexível do ministro da Economia, Paulo Guedes, para as contas públicas e chamou a medida de "jabuticaba brasileira". "O que está me deixando impressionado é essa coisa de meta flexível que o Paulo Guedes está inventando. Primeira promessa que fizeram é que iam acabar com o déficit primário, agora, não querem meta para não ter de organizar contingenciamento. Isso é uma sinalização muito ruim", disse Maia ao chegar à Câmara.

Devido às incertezas provocadas pelos efeitos da pandemia de covid-19 sobre a arrecadação, o governo resolveu abandonar uma meta fixa de resultado primário no ano que vem (ou seja, um limite para o rombo nas contas públicas antes do pagamento das despesas com juros) e estabeleceu que seu objetivo central em 2021 será a diferença entre as receitas e as despesas, limitadas ao teto de gastos.

"A gente tem de aprovar a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) com uma meta,

Lei de Responsabilidade

O plenário do Tribunal de Contas da União (TCU) emitiu um alerta ao governo por considerar que a meta fiscal flexível proposta para as contas públicas em 2021 não condiz com as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Como o jornal O Estado de S. Paulo antecipou, após o alerta do TCU sobre a ilegalidade de uma meta flexível para as contas públicas, a equipe econômica vai definir uma meta fixa de resultado primário para 2021, como exige a LRF.

O TCU já avisou que o presidente Jair Bolsonaro poderá cometer crime de responsabilidade se não definir uma meta para o rombo nas contas públicas no ano que vem, antes do pagamento dos juros da dívida.

A meta de primário é o resultado das contas a ser perseguido pela equipe econômica e reflete a diferença entre receitas e despesas. Desde 2014, o Brasil tem déficit nas suas contas porque gasta mais que arrecada.

Aviso de Desligamento Programado para Ampliações e Melhorias na Rede Elétrica



Para realizar serviços de manutenção e melhorias na rede elétrica, será necessário interromper, temporariamente, o fornecimento de energia na(s) seguinte(s) área(s):

Das 08:12:2020 (Terça-Feira)
Das 09:00min às 12:00min
Município: Jandara. Bairros: Centro. Localidade: Jandara e Adjacências.

Das 09:12:2020 (Quarta-Feira)
Das 08:00min às 13:00min
Município: Cassipó. Bairros: Centro. Localidade: Rua Augusto Monteiro e Adjacências.

Das 13:00min às 18:00min
Município: Santa Rita do Norte. Bairros: Centro. Localidade: Rua Oscar Batista de Faria e Adjacências.

Das 18:12:2020 (Quinta-Feira)
Das 08:00min às 13:00min
Município: Cassipó. Bairros: Distrito de Terra Santa. Localidade: Povoado Terra Santa e Adjacências.

Das 08:00min às 13:00min
Município: Jandara. Bairros: Zona Rural. Localidade: Tubal e Adjacências.

Das 08:00min às 13:00min
Município: Rafael Góes. Bairros: Zona Rural. Localidade: Sítio Riacho Verde e Adjacências.

Das 08:00min às 13:00min
Município: Lagoa Nova. Bairros: Zona Rural. Localidade: Sítio Santa Rita e Adjacências.

Das 08:00min às 12:00min
Município: Jandara. Bairros: Cabeço. Localidade: Povoado Cabeço e Adjacências.

Das 08:00min às 12:00min
Município: São Bento do Trairi. Bairros: Zona Rural. Localidade: Sítio Pau Branco e Adjacências.

Das 09:00min às 12:00min
Município: Natal. Bairros: Parque das Damas. Localidade: Via Costeira e Adjacências.

Das 09:00min às 13:00min
Município: Lagoa do Antas. Bairros: Centro. Localidade: Centro e Adjacências.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 03/12/20 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Natal tem maior índice de famílias endividadas do País **Impacto:** Neutro

TRIBUNA DO NORTE

geral

Natal - Rio Grande do Norte
Sexta-feira, 04 de dezembro de 2020 **7**

Natal tem maior índice de famílias endividadas do País

« **DÍVIDAS** » Radiografia mostra que Natal foi, em junho de 2020, a capital com o maior percentual de famílias endividadas (96%). Em 2019, era 74%

Um dos impactos diretos da pandemia de covid-19 está associado ao aumento no consumo de crédito por parte das famílias brasileiras no primeiro semestre deste ano. Nas capitais do País, até junho deste ano, 11,2 milhões de famílias (67,4%) das 16,7 milhões de famílias residentes nas capitais brasileiras, estavam endividadas - 638 mil a mais do que no mesmo mês do ano anterior, de acordo com dados da Radiografia do Endividamento, levantamento realizado pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomércioSP).

Segundo os dados da radiografia, Natal foi, em junho de 2020, a capital com o maior percentual de famílias endividadas (96%), ultrapassando o posto normalmente ocupado por Curitiba (90%) em anos anteriores. Em junho de 2019, esse percentual chegava a 74% das famílias. São Luís (MA), Belo Horizonte (MG) e Manaus (AM), mostraram índices muito elevados de famílias endividadas em junho, todas acima do patamar de 80%.

Segundo o levantamento, o número dos núcleos de famílias endividadas cresceu seis vezes mais que o número de novas famílias. Enquanto o número de novas famílias avançou 0,8% (pouco mais de 126 mil novas famílias) em junho de 2020 em comparação a junho de 2019, o endividamento familiar teve uma alta de 6% (quase 638 mil a mais de lares) no mesmo intervalo de tempo.

Considerando como endividadas todas as famílias que precisaram recorrer a algum crédito a prazo para compensar pagamentos imediatos à vista, como empréstimos formais e informais e alguns tipos de financiamentos, 67,4% das famílias brasileiras vivendo em capitais es-



ALEX RÉGIS

Número dos núcleos de famílias endividadas cresceu seis vezes mais que o de novas famílias

Taxa de endividamento

(Porcentual de famílias com dívidas nas capitais)

As cinco maiores em 2020 e 2019

Natal	96% / 74%
Curitiba	91% / 90%
São Luís	87% / 86%
Belo Horizonte	78% / 81%
Manaus	75% / 80%

As cinco menores

João Pessoa	58% / 62%
Campo Grande	59% / 61%
Distrito Federal	81% / 60%
São Paulo	56% / 56%
Florianópolis	64% / 53%



tavam endividadas no final do primeiro semestre - número que era de 6,4,1% em 2019.

Quando se considera a proporção da renda média mensal familiar comprometida com dívidas, destaque para as capitais

do Nordeste e do Norte, como Manaus, cidade com a pior situação, onde 45% da renda é destinada para pagar contas todo mês. Ela é seguida por Rio Branco (39,2%), Teresina (39%), Salvador (38,1%) e Macapá (33,7%).

A capital de São Paulo teve o maior volume de dívidas, compatível com a reputação de cidade mais populosa do País. Ainda assim, os R\$ 5,7 bilhões do total da dívida das famílias no fim do primeiro semestre de 2020 indicam que houve queda de 2,6% em comparação a junho de 2019. Apesar da redução, a cidade manteve, em junho deste ano, a mesma taxa de famílias endividadas (56%).

A diminuição da renda - em razão do aumento do desemprego, das reduções proporcionais de salário e jornada e da paralisação de diferentes atividades setoriais por determinado tempo - levou à corrida por empréstimos para quitar as contas tradicionais. Do total de famílias endividadas, 4,4 milhões (26,3%) tinham alguma dívida em atraso, o que significa aumento de 9,9% na taxa de inadimplência, na comparação anual entre os meses de junho.

« IMPOSTOS »

Transporte, educação e saúde podem ter IVA menor

O ministro da Economia, Paulo Guedes, acenou novamente que setores como transporte público, saúde e educação podem ter alíquotas menores no futuro Imposto Sobre Valor Agregado (IVA) que vem sendo debatido na reforma tributária.

O governo enviou ao parlamento em julho um projeto de lei para unificar apenas PIS e Cofins na chamada Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS). Essa proposta deve ser acoplada em um das duas PECs mais amplas da reforma que tramitam na Câmara e no Senado.

Segundo ele, há negociações para que as empresas de transporte público, saúde e educação paguem um imposto menor, mas o ministro alertou que a redução da alíquota para determinados setores pode obrigar outros - como os serviços - a pagarem alíquotas mais pesadas. "Por isso precisamos de outra base de arrecadação, porque não vamos aumentar impostos", afirmou, sem citar diretamente os estudos para criação de um tributo sobre pagamentos, nos moldes da extinta CPMF.

Em palestra no Encontro Nacional da Indústria da Construção (CBIC), Guedes disse acreditar na retomada das discussões para a aprovação da reforma tributária e alegou estar próximo de um acordo com os governos estaduais e municipais. "Não há razão para ninguém temer a reforma tributária. Não acredito em perda de azeite com a reforma, País vem de uma recessão e de crescimento muito baixo. Com a retomada da economia, ninguém vai perder arrecadação, pelo contrário, todo mundo vai ganhar bastante", repetiu.

O ministro voltou a oferecer a gestão dos atuais fundos regionais - com cerca de R\$ 37 milhões por ano - aos governos estaduais e prefeituras. Já governos regionais demandam a criação pela União de novo "Fundo de Incentivo às Exportações" com valores maiores, que chegam a R\$ 480 bilhões em dez anos.

« HABITAÇÃO »

Câmara aprova texto-base da MP da Casa Verde e Amarela

A Câmara aprovou o texto-base da medida provisória que cria o programa habitacional Casa Verde e Amarela, substituto do Minha Casa Minha Vida. O relatório do deputado Isnaldo Bulhões Jr. (MDB-AL) foi aprovado por 367 votos favoráveis e 7 contrários. Faltam ainda as análises dos destaques para concluir a votação.

O Congresso tem até 2 de fevereiro do próximo ano para concluir a tramitação da medida sem que ela perca a validade. O prazo já considera o recesso parlamentar que ocorre entre 23 de dezembro e 1º de fevereiro.

O texto foi aprovado depois de mais de seis horas de sessão com a obstrução da oposição. O relatório permite o Executivo alterar por decreto o valor máximo do imóvel financiado e as faixas de renda das famílias beneficiadas. Bulhões acabou acatando mudanças propostas pelos deputados.

Entre as mudanças, o relator acatou propostas de autoria do deputado Ricardo Silva (PSB-SP) que garantem benefícios às pessoas com deficiência, idosos, pessoas que vivem em áreas rurais e pessoas de baixa renda. "Devemos sempre ter a preocupação em assegurar os direitos constitucionais a todos os brasileiros, pensando sempre naqueles que possuem carência em serem assistidos mais de perto", disse.

O Casa Verde e Amarela foi lançado sem a previsão de o governo contratar novas casas para famílias de baixíssima renda nos moldes do programa criado no governo Lula. A chamada 'faixa 1' do MCMV concedia subsídios de até 90% do valor do imóvel, com parcelas fixas de no máximo R\$ 270, para famílias com renda mensal de até R\$ 1,8 mil.

Segundo o ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, isso vai possibilitar que mais de 500 mil famílias inadimplentes regularizem sua situação. No geral, o programa atenderá famílias com renda mensal de até R\$ 7 mil, com taxas de juros a partir de 4,25% ao ano.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 03/12/20 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Em Mossoró, Mourão critica 'assistencialismo' **Impacto:** Neutro

política

Natal - Rio Grande do Norte
Sexta-feira, 04 de dezembro de 2020 **3**

Em Mossoró, Mourão critica 'assistencialismo'

«NORDESTE» Vice-presidente afirma que 'políticas oficiais de combate à seca destinadas à região são vinculadas ao assistencialismo para os mais pobres'

EMILLY BEHNKE

O vice-presidente Hamilton Mourão afirmou ontem, em Mossoró, que a concentração de terra e água na região do Semiárido contribui para "níveis expressivos de exclusão social" e "degradação ambiental". Durante a abertura do Fórum de Desenvolvimento do Semiárido 2020, ele destacou que as políticas, para a região, de combate à seca devem enfrentar a concentração de privilégios. "Chegou a hora de o Semiárido deixar de viver de assistencialismo", provocou o vice-presidente da República.

O Fórum de Desenvolvimento do Semiárido começou ontem, 3, e segue até sábado, dia 5, em Mossoró.

O evento revisa o Plano de Desenvolvimento do Semiárido, com vistas às possibilidades econômicas da região para alcançar metas socioeconômicas, hídricas e ambientais após pandemia da covid-19. A iniciativa é capitaneada pela Frente Parlamentar Mista em Pro do Semiárido, que junta 170 parlamentares.

Entre os planos do Fórum está a transposição eventual de água de bacias doadoras (Reservatório de Furnas, Rio São Marcos, Rio Tocantins e Rio Paraíba) para abastecer o Rio São Francisco, criando barragens que viabilizem a regularização do abastecimento em toda a região.

Questionado sobre as medidas emergenciais do governo federal para a região, o vice-presidente Hamilton Mourão disse apenas que é preciso avaliar.

"A grande tarefa de Bolsonaro será criar as oportunidades e condições para implementar tudo que aqui foi discutido", destacou o vice-presidente no discurso, durante o Fórum.

Além do vice-presidente, o ministro da Educação, Milton



Vice-presidente Hamilton Mourão participa da abertura do Fórum do Semiárido, em Mossoró

Ribeiro, também marca presença na abertura do Fórum.

"A redução dos efeitos desfavoráveis da seca passa pela adoção de políticas que enfrentem os problemas de concentração de terra, de água, de saber, de oportunidade e de renda", declarou. "Em muitos casos ainda hoje, as únicas políticas oficiais destinadas à região são aquelas que combatem a seca voltadas a grandes obras normalmente destinadas aos mais ricos e vinculadas ao assistencialismo para os mais pobres", acrescentou.

Mourão citou também a desigualdade na região e a dependência de benefícios do governo. "Metade da população que aqui vive não possui renda monetária ou tem como única fonte os benefícios governamentais". Ele ressaltou que o governo do presidente Jair Bolsonaro estará empenhado em implementar as propostas debatidas no fórum com o objetivo de tornar o semiárido "no-

dermo, produtivo, gerador de empregabilidade e executor de investimentos para o mundo".

Presente no evento, o ministro da Educação, Milton Ribeiro, também reforçou o comprometimento do Executivo em atender a região. "Manter o serrotejo na dependência do Estado é mais simples e rende votos, mas o povo brasileiro merece mais do que o paternalismo. Brasileiros merecem a liberdade de trabalhar para o seu futuro", afirmou Ribeiro.

O ministro ressaltou ainda a necessidade de investimentos em políticas de alfabetização. "O semiárido não se tornará uma nova fronteira de progresso sem transformação do contexto da educação básica", disse. O fórum é uma iniciativa da Frente Parlamentar Mista em Pro do Semiárido e ocorrerá até sábado, 5. O evento servirá de base para a construção do novo Plano de Desenvolvimento do Semiárido (PDS).

Vice demonstra confiança com a retomada

O vice-presidente da República, Hamilton Mourão, avaliou que resultado da atividade econômica no terceiro trimestre "bateu na trave" por ter ficado abaixo das expectativas. Ele afirmou que o Produto Interno Bruto (PIB) não deve ter uma queda tão significativa em 2020.

O PIB teve crescimento recorde de 7,7% no terceiro trimestre ante o trimestre anterior, mas ficou abaixo das expectativas de analistas do mercado financeiro ouvidos pelo Projeções Broadcast que esperavam avanço de 8,86%, conforme a mediana das previsões coletadas.

"Um bom resultado. A expectativa era oito e alguma coisa. Bateu na trave. A queda do segundo trimestre foi muito grande, ela vai ser recuperada ao longo desse terceiro, mais o quarto e no ano que vem. Isso já era o esperado", disse Mourão.

Após a divulgação do resultado pelo IBC, algumas instituições apontam a possibilidade de queda no PIB em 2020 ser menor do que o previsto anteriormente.

No início da pandemia, chegou-se a prever uma queda do PIB de cerca de 10%. Agora, as projeções estimam uma queda em torno de 4,5%. Para o Rabobank, a projeção do ano deve passar de uma redução de 4,9% para uma queda de 4,6%. O Goldman Sachs, por sua vez, manteve a projeção de contração em 4,5%.

"O grande ponto é que as principais instituições davam que o Brasil ia ter uma queda grande este ano e queda não será tão significativa", declarou o vice-presidente, ponderando que ter um resultado negativo na economia é "muito ruim" para o Brasil.



Fórum pretende discutir iniciativas para o desenvolvimento da região do Semiárido

Transposição de bacias está em discussão

Entre os planos em discussão no Fórum de Desenvolvimento do Semiárido está a transposição eventual de água de bacias doadoras (Reservatório de Furnas, Rio São Marcos, Rio Tocantins e Rio Paraíba) para abastecer o Rio São Francisco, criando barragens que viabilizem a regularização do abastecimento em toda a região. A intenção é abrir financiamento público-privado para que empresas do setor energético possam explorar e, assim, cobrir o

custo da iniciativa, que chega a 4 bilhões de dólares.

A programação do Fórum pretende atrair investidores, pesquisadores, serviço público e iniciativa privada dos setores de energia, recursos hídricos, agronegócio, mercado, relações exteriores (comércio), recursos minerais, segurança (jurídica e fundiária), educação, turismo, meio ambiente, transporte e logística, tecnologias e inovação nestes debates. O evento é capitaneado pela

Frente Parlamentar Mista em Pro do Semiárido, que vem articulando a revisão do Plano de Desenvolvimento para a região - a primeira versão é dos anos 1990. O Semiárido brasileiro está demarcado por 1.262 municípios dos nove estados do Nordeste e mais uma parte do norte mineiro. Nessa fatia do País, a intermitência das quadras chuvosas é um grande desafio, que exige planejamento para garantir convivência sustentável nas estâncias.

NUMEROS

4 bilhões

de dólares precisarão ser investidos para a transposição de água de bacias doadoras ao Rio São Francisco.

1.262

municípios de nove estados do Nordeste e do norte mineiro integram o Semiárido.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 03/12/20 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: PIB cresce 7,7%, mas não repõe perdas da pandemia **Impacto:** Neutro

economia

TRIBUNA DO NORTE

EURO TURISMO
Venda: R\$ 5,6430
LIBRA ESTERLINA
Venda: R\$ 4,9181

TELEFONES 0105
Reserva: 1200-2200
Preços: Educador: 320-6889
Preços: Municipal: 320-9550
ERTN: 320-2000

SALÁRIO-MÍNIMO
R\$ 1.194,00
TAXA SELIC
2,00%

NA TV ONLINE
Deixei a programação da Rádio
Jovem Pan News Natal na frequência
93,1 FM
Editor: Margareth Gêlo (margareth@tribunadonorte.com.br)

PIB cresce 7,7%, mas não repõe perdas da pandemia

« INDICADORES » Mesmo com a alta de 7,7% no 3º trimestre ante o 2º, o PIB brasileiro ainda está 4,1% abaixo do nível do 4º trimestre de 2019

O Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma dos bens e serviços finais produzidos no País, cresceu 7,7% no terceiro trimestre, em relação ao período anterior. Segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que divulgou, nesta quinta-feira (3), os números das Contas Trimestrais, essa é a maior variação desde o início da série em 1996, mas ainda insuficiente para recuperar as perdas provocadas pela pandemia. O resultado indicou ainda que a economia brasileira se encontra no mesmo patamar de 2017, com uma perda acumulada de 5% de janeiro a setembro, em relação ao mesmo período de 2019.

Na comparação com o mesmo trimestre de 2019, o PIB, apresentou recuo de 3,9% e, em valores correntes, chegou a R\$ 1,891 trilhão. Desse valor, R\$ 1,627 trilhão em Valor Adicionado e Preços Básicos e R\$ 264,1 bilhões em Impostos sobre Produtos Líquidos de Subsídios.

Mesmo com a alta de 7,7% no terceiro trimestre ante o segundo, o PIB brasileiro ainda está 4,1% abaixo do nível do quarto trimestre de 2019, recuperando apenas uma parte das perdas por causa da pandemia de covid-19, segundo o IBGE. "No auge da pandemia, chegamos ao mesmo nível de 2009, e abaixo do pico em 14%", afirmou Rebeca Palis, coordenadora de Contas Nacionais do IBGE. "Agora recuperamos uma parte dessa perda, mas ainda estamos 7,3% abaixo do pico e 4,1% abaixo do fim de 2019", completou a pesquisadora.

O pico da série histórica do PIB, iniciada em 1996, foi registrado no primeiro trimestre de 2014, antes de o País entrar na grande recessão de 2014 a 2016.



Sector de comércio registrou alta de 15,9%, segundo o IBGE

Segundo Rebeca, após a recessão de 2014 a 2016, a economia vinha se recuperando desde o início de 2017. O nível da atividade no terceiro trimestre foi equivalente ao do início de 2017, quando a economia brasileira começou a trajetória de recuperação após a recessão anterior à atual.

A pesquisadora do IBGE chamou a atenção para a heterogeneidade da retomada do terceiro trimestre. Atividades como a indústria e o comércio já recuperaram o nível de atividade do primeiro trimestre deste ano, enquanto o PIB de serviços e o consumo das famílias estão em nível semelhante ao do início de 2017.

O desempenho do PIB brasileiro no 3º trimestre de 2020 ocupou o 25º lugar em ranking com 51 países, elaborado pela Austing Rating. O País ficou empatado com a Holanda na 25ª posição e o resultado está acima de países como Estônia, Unidos, Suíça, Chile, Japão e China.

Serviços

Segundo Rebeca, o PIB brasileiro ainda não voltou ao patamar pré-pandemia, principal-

mente, por causa do setor de serviços, que ainda sofre as consequências das mudanças padrões de consumo da população decorrentes da crise sanitária. O setor responde por cerca de 73,5% da economia brasileira, portanto, a retomada contundente depende de resultados positivos também neste segmento, afirmou Rebeca. A pandemia afetou especialmente o desempenho dos serviços prestados às famílias e o transporte de passageiros.

"Além de serviços terem três quartos da economia como um todo, principalmente os serviços prestados às famílias, mesmo que tenham acabado as restrições, obviamente que tanto oferta e também a demanda não voltaram aos patamares pré-pandemia", disse Rebeca, lembrando que as pessoas estão deitando de ir ao salão de beleza e ao cinema. Segundo ela, a baixa demanda por serviços elevou a poupança. "Hoje um aumento grande da poupança. As pessoas com mais renda estão conseguindo poupar mais", justificou a coordenadora.

PIB da indústria sobe 14,8% no 3º tri

O Produto Interno Bruto (PIB) da indústria subiu 14,8% no terceiro trimestre de 2020 em relação ao segundo trimestre de 2020, assegurando dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na comparação com o terceiro trimestre de 2019, o PIB da indústria mostrou queda de 0,9%.

De acordo com o IBGE, a expansão do PIB no período foi causada, principalmente, pelo desempenho da indústria, com destaque para o crescimento de 23,7% no setor de Transformação. Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos também cresceram (8,5%), como a Construção (5,6%) e as indústrias extrativas (2,5%). Com comportamento oposto, o PIB da agropecuária caiu 0,5% no terceiro trimestre de 2020 em relação ao segundo trimestre de 2020. Na comparação com o terceiro trimestre de 2019, o PIB da agropecuária mostrou alta de 0,4%.

Já o PIB de serviços subiu 6,3% no terceiro trimestre de 2020 em

relação ao segundo trimestre de 2020. Na comparação com o terceiro trimestre de 2019, o PIB de serviços mostrou queda de 4,8%.

O setor de Serviços, que foi destaque no resultado e tem o maior peso na economia, registrou alta em todos os segmentos: Comércio (15,9%), Transporte, armazenagem e correio (12,5%), Outras atividades de serviços (7,8%), Informação e comunicação (3,1%), Administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social (2,5%), Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (1,5%) e Atividades imobiliárias (1,1%).

Exportações

O setor externo contribuiu positivamente para o crescimento econômico no terceiro trimestre, disse Rebeca. Tanto as exportações quanto as importações recuaram no PIB do terceiro trimestre, mas as compras de bens e serviços do exterior (-25% sobre o terceiro trimestre de 2019) caíram mais do que as vendas para fora (-4,7%).

Segundo Rebeca, o impacto da pandemia de covid-19 sobre a prestação de serviços internacionais ditou o ritmo das componentes do setor externo.

As exportações diminuíram 2,1% no terceiro trimestre de 2020 em relação ao segundo trimestre de 2020, segundo o IBGE. Já as importações contabilizadas no PIB caíram 9,6% no terceiro trimestre de 2020 ante o segundo trimestre de 2020. A contabilidade das exportações e importações no PIB é diferente da realizada para a elaboração da balança comercial.

No caso das exportações, a desvalorização do câmbio entre o terceiro trimestre de 2019 e o terceiro trimestre deste ano até impulsionou as vendas de matérias-primas, mas a recessão nos demais países derrubou a demanda por manufaturados. No caso das importações, o dólar mais caro desestimulou as compras de bens no exterior, já afetadas por uma demanda menor por causa da queda da demanda interna - consumo das famílias caiu 6% ante o terceiro trimestre de 2019.

Desempenho sinaliza retomada forte, diz Guedes

Mesmo com um resultado inferior à previsão feita pelo mercado, o presidente Jair Bolsonaro afirmou que o crescimento de 7,7% do PIB (Produto Interno Bruto) no terceiro trimestre deste ano é fantástico. Em live semanal, o presidente repetiu discurso do ministro da Economia, Paulo Guedes, e disse que a economia brasileira está crescendo em V.

O crescimento de 7,7% foi um ponto percentual abaixo da projeção de mercado. "A economia está crescendo em V. E os dados são realmente fantásticos", afirmou Bolsonaro. O resultado atribuído pela maioria dos economistas à revisão feita pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) nos dados a partir de 2018, que jogaram os números desde aquele ano para cima.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, negou qualquer frustração com o crescimento aquém das expectativas do PIB no terceiro trimestre. "O sinal mais importante é de que a economia está voltando. Não há frustração. A informação objetiva que sai disso daí é que Brasil está crescendo forte", afirmou o ministro durante participação em encontro promovido pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC).

Durante a sua fala, Guedes disse que a recuperação da economia está sendo generalizada, destacando o desempenho da indústria e dos investimentos no terceiro trimestre. Segundo Guedes, a revisão para cima dos resultados dos trimestres anteriores levou a uma base maior, que explica o resultado abaixo do esperado no período de julho a setembro. O ministro também citou as revisões do PIB ao dizer que ficou comprovado que a economia cresceu mais no primeiro ano do governo Jair Bolsonaro do que nos dois anos anteriores, no governo de Michel Temer.

"No primeiro ano, a economia cresceu mais do que em cada um dos últimos dois anos do governo anterior", defendeu Guedes, afirmando que apenas os "negacionistas" ignoram a retomada rápida, na forma gráfica de "V", da economia brasileira após o choque da pandemia da covid-19.

"Temos bons sinais de volta em V. So os negacionistas rebatem a evidência empírica de que economia voltou em V. Quem tem familiaridade com mínimos e máximos sabe que voltamos em V", afirmou o ministro. Guedes disse que o Produto Interno Bruto (PIB) caminha para fechar o ano com queda de 4,5%. Ele sustentou que o País vive uma recuperação "cíclica", que deve levar o Brasil a crescer entre 3,5% a 4% em 2021.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 03/12/20 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: 'Dívida podre' do RN alcança R\$ 4 bi **Impacto:** Neutro

NO FACEBOOK
Curta e compartilhe a charge de Bram.

TEMPO HOJE
Máx.: 30°C. Min.: 23°C
Sol com algumas nuvens e chuva passageira durante o dia. À noite o tempo fica firme.

TÁBUA DE MARES
Pneamar
05h43 - 2,0 - 10h53 - 2,1
Baixa-mar
0h15 - 0,4 - 12h19 - 0,6

STTU REINICIA SUBSTITUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE FISCALIZAÇÃO DE VELOCIDADE EM NATAL - PÁGINA 10

NA TV ONLINE
Curta e compartilhe notícias da TRIBUNA DO NORTE

facebook.com/tribunarn

tribunadonorte.com.br

TRIBUNA DO NORTE

natal

Editor: Ricardo Araújo [ricardoaraujo@tribunadonorte.com.br]

Natal • Rio Grande do Norte • Sexta-feira, 04 de dezembro de 2020

'Dívida podre' do RN alcança R\$ 4 bi

« PERDIDO » Recursos fazem parte das dívidas acumuladas por empresas diversas junto ao Fisco Estadual. Maioria delas, porém, encerrou atividades ou faliu e não deixou nenhum bem ou valor para quitar o débito

LUIZ HENRIQUE GOMES
Repórter

Rio Grande do Norte deverá perder, aproximadamente, R\$ 4 bilhões em créditos considerados irrecuperáveis. São dívidas de contribuintes diversos que possuem mais de 10 anos ou estão nas mãos de empresas falidas e que não existem mais. Inscrito na Dívida Ativa do Estado, o valor representa quase a metade da dívida fiscal ativa, que alcançou R\$ 9 bilhões este ano. A Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e a Secretaria de Estado da Tributação (SET) buscam negociar com os devedores para recuperar a parte da dívida considerada viável.

A maior parte da dívida irrecuperável, chamada de "podre" no meio tributário, é proveniente de 200 empresas de diversas áreas de atuação - aviação, supermercados e telefonia, por exemplo. "Nosso foco é recuperar a dívida que tem menos de 10 anos e que as empresas estão atuantes e tenham bens, porque sabemos que são mais seguras. O que tem mais de 10 anos é muito difícil de recuperar", afirmou o procurador-adjunto do Estado, José Duarte Santana.

No mês passado, a governadora Fátima Bezerra assinou um contrato que vinculou a PGE ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos (Cejusc) do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte para a negociação entre o Estado e os devedores que estão inscritos na dívida ativa (ou seja, tem ações judicializadas). O Cejusc já existia antes com a finalidade de renegociação de ações judiciais na área de assistência à saúde e renegociação de dívidas não inscritas na Dívida Ativa, por parte da Secretaria de Estado de Tributação (SET).

Os débitos inscritos na Dívida Ativa são provenientes de obrigações não pagas pelos contri-



Fátima Bezerra assinou convênio com o Tribunal de Justiça do RN e com a Procuradoria Geral do Estado para incentivar negociação

« Nosso foco é recuperar a dívida que tem menos de 10 anos e que as empresas estão atuantes e tenham bens, porque sabemos que são mais seguras »

JOSÉ DUARTE SANTANA

Procurador-geral adjunto do RN

buintes (pessoa física ou jurídica) aos órgãos públicos, sendo a maioria de natureza tributária. Segundo o governo, a negociação aumenta a arrecadação do Estado e também beneficia o contribuinte ao regularizar a situação de dívidas por uma via não-judicial. "Nosso objetivo é resgatar um dinheiro que é da sociedade

e faz muita falta. Estamos fazendo todos os esforços para recuperar essa dívida que é, de direito, do povo do Rio Grande do Norte", afirmou a governadora Fátima Bezerra durante evento para assinatura do contrato.

Previsão

Para este ano, a previsão de arrecadação de recursos da Dívida Ativa é de R\$ 60 milhões. No ano passado, o valor recuperado foi de R\$ 49 milhões, e, em 2018, R\$ 32 milhões, segundo o governo estadual. "Mesmo na pandemia conseguimos uma recuperação fiscal. Agora, com a parceria com o TJRN vamos melhorar mais e facilitar para o contribuinte ficar legalizado", afirmou o procurador-geral do Estado, Luiz Antônio Marinho.

Além da recuperação dos débitos da Dívida Ativa com o Cejusc, o Estado também busca re-

negociar dívidas através do programa Refis. Segundo a Secretaria de Estado de Tributação, R\$ 216,5 milhões foram negociados até o dia 30 de novembro. Desse, R\$ 100 milhões são oriundos de dívidas com empresas que ainda não estão em uma situação judicializada. O restante já está inscrito na Dívida Ativa estadual.

O Refis funciona de maneira semelhante ao Cejusc por contar com a recuperação através da via não-judicial. A diferença entre um programa e outro é que o primeiro oferece descontos de multas e diminuição de juros. O segundo permite apenas parcelar. "No Refis, são mais 30 mil contribuintes que podem renegociar dívidas. Muitas vezes é um contribuinte que tinha uma dívida pequena, mas acabou por deixar de pagar e os juros ficaram muito altos", disse o procurador-adjunto do Estado, José Duarte Santana.

O Cejusc conta com servido-

res treinados pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJRN) em técnicas de negociação e parcelamento de débitos e funcionará com 39 servidores. O desembargador Dilermando Mota, presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) do Tribunal de Justiça, afirmou que "mediação e conciliação precisam ser vistas pela sociedade a partir de casa". "São medidas que devem ser adotadas com uma visão sociológica dos conflitos", afirmou.

A negociação da dívida ativa pode também ser feita de forma eletrônica no site da PGE. O contribuinte pode pagar com cartão de crédito. Também é possível negociar com a inclusão de imóveis. As audiências do Cejusc-Dívida Ativa acontecem na sede da Procuradoria da Dívida Ativa do RN, situada na rua Militão Chaves, em Candelária, em Natal/RN.

Estado visa ampliar negociação

O Governo do Estado tem outros dois Cejusc em parceria com o Tribunal de Justiça: da área de Tributação e Saúde. Segundo o governo, no primeiro ano de atuação, o Cejusc Fiscal Estadual formalizou 33 acordos que somam R\$ 35,2 milhões quitados, amortizados ou parcelados. As reuniões de negociação são voltadas àqueles contribuintes que receberam carta-convite para a audiência ou que decidiram quitar o débito antes de serem notificados pela pasta da Tributação.

Empresas que deixaram de pagar o ICMS antecipado ou que têm débitos vencidos de ICMS apurado e declarado, além de outras dívidas, vencidas e constantes no extrato fiscal do estabelecimento, podem negociar, parcelar ou quitar os débitos. O Centro também regulariza débitos do ICMS que se encontrem no Extrato Fiscal, antes da notificação de cobrança regular. Assim, a empresa evita geração de Autos de Infração e, conseqüentemente, a incidência de multas.

O Cejusc Saúde foi criado para reduzir as dívidas do Estado com ações judicializadas para fornecimento de medicamentos e tratamentos.

Diante da formalização do novo Cejusc, o procurador-geral adjunto da PGE, José Duarte Santana, explicou que o Governo atua em dois caminhos: "No caso da dívida ativa, entra recurso devido. No caso da saúde, reduz despesas no fornecimento de medicamentos e realização de procedimentos médicos. São dois caminhos importantes que trazem benefícios à população", disse.

Veículo: O Globo - Tipo de Mídia: Jornal - Data: 03/12/20 - Cidade/UF: São Paulo / SP
Título: País cresce 7,7% no terceiro tri, mas incerteza pesa sobre retomada Impacto: Neutro

05:27 Sexta-feira 4 de dezembro

100%

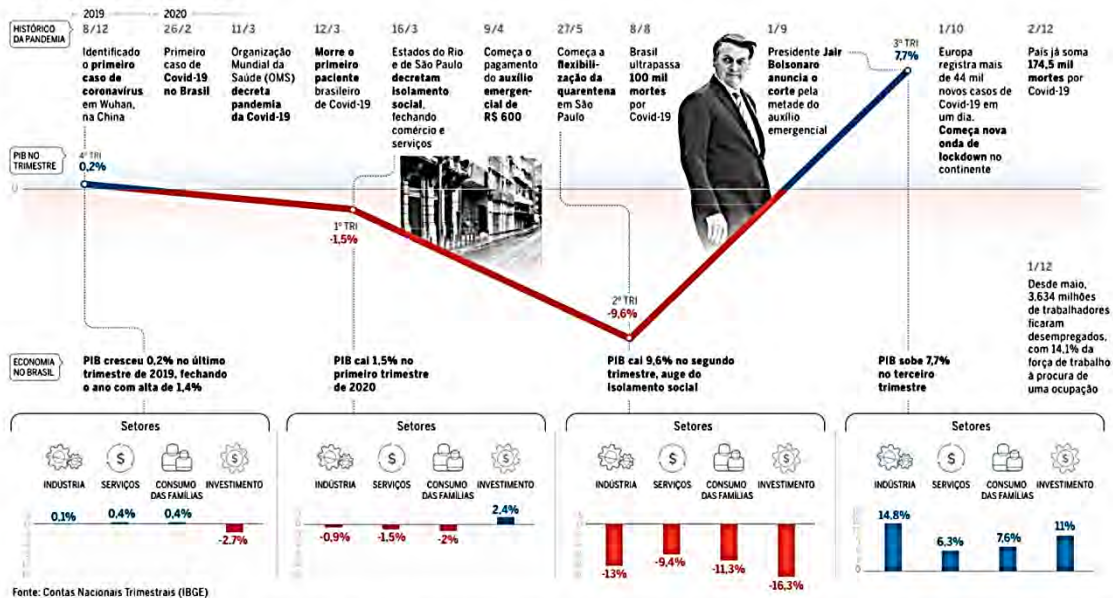
NA WEB Ugur Sahin, fundador da BioNTech, entra na lista de 500 pessoas mais ricas do planeta globo.com/3mDul6A

O PIB NA PANDEMIA

PAÍS CRESCE 7,7% NO TERCEIRO TRI, MAS INCERTEZA PESA SOBRE RETOMADA

AVANÇO DA COVID PODE AFETAR ECONOMIA

TRAJETÓRIA DE ALTOS E BAIXOS



GABRIEL MARTINS, RAPHAELA RIBAS, IVAN MARTINEZ-VARGAS E CAROLINA NALINI*
economi@oglobo.com.br
not@siopne

A economia brasileira cresceu forte entre julho e setembro, mas não o suficiente para zerar as perdas sofridas no auge da pandemia do coronavírus.

A atividade no terceiro trimestre foi 7,7% maior do que o verificado entre abril e junho. A equipe econômica do governo Jair Bolsonaro acredita que esse desempenho garante um 2021 de crescimento, sem a necessidade de auxílios. Especialistas ponderam, no entanto, que as incertezas sobre uma nova onda de Covid no país e dúvidas sobre o futuro processo de vacinação da população podem comprometer o ritmo dessa recuperação.

Caso o Brasil esteja diante de um repique da doença ou de uma segunda onda de contaminação, a economia pode sofrer um novo baque.

O primeiro impacto, embora os dados oficiais

ainda não apontem isso, é a redução do fluxo de pessoas em centros urbanos. O segundo impacto pode vir caso cidades ou estados precisem decretar novas medidas de isolamento total — afirmou a economista-chefe da GAP Asset, Anna Reis.

Os dados divulgados ontem pelo IBGE mostram que o país saiu da chamada recessão técnica, quando a atividade registra dois trimestres seguidos de retração. Mas a economia ainda acumula uma queda de 5% no ano.

INDÚSTRIA E CONSUMO

O desempenho da indústria foi o grande destaque do trimestre: um avanço de 14,8% na comparação com o período de abril a junho. O setor de serviços também andou bem, com expansão de 6,3%. Apenas a agropecuária registrou queda de atividade entre julho e setembro, de 0,5%. Ainda assim, o campo é o único segmento que acumula expansão neste ano.

— A retomada da demanda interna por bens foi mais rápida do que o previsto. Uma vez que parte da população não

pode consumir serviços, consumiram bens. — disse Anna Reis, da GAP Asset.

Chama atenção o crescimento de 23,7% no segmento de transformação, que voltou ao patamar do primeiro trimestre. O setor de serviços, no entanto, não conseguiu voltar ao nível pré-pandemia porque, embora a maior parte das restrições tenha sido revertida, as pessoas seguem receosas de ir ao cinema ou à academia, ponderou Rebeca Palis, coordenadora de Contas Nacionais do IBGE.

— A indústria de transformação e a indústria como um todo já voltaram ao patamar do primeiro trimestre do ano. O mesmo acontece com o comércio. Mas, quando olhamos para os serviços, vemos que eles estão no patamar do começo de 2017, número semelhante ao total do PIB.

Em 2017, a economia brasileira começava a voltar a crescer, depois da recessão sofrida entre 2014 e 2016.

O economista-chefe do Bradesco, Fernando Honorato, esperava um avanço mais forte da economia no terceiro tri-

me, mas o fato de o resultado ter ficado abaixo da média das projeções do mercado não gerou frustração:

— Os componentes qualitativos do PIB não foram piores do que o esperado. O que a gente mede bem, como comércio e indústria, foi bem. O fôlego da indústria ter vindo bem foi encorajador — disse.

O pagamento do auxílio emergencial foi um fator que contribuiu para o avanço de 7,6% no consumo das famílias e para o aumento da poupança, que chegou a 17,3%.



“A indústria ter vindo bem foi encorajador”

Fernando Honorato, economista-chefe do Bradesco

“Se mantiver regime fiscal e teto de gastos, haverá recuperação gradual”

Lucas Maynard, economista do Santander

— O auxílio foi bem importante. Não temos como detalhar este impacto separadamente, mas vemos que ele foi muito focado na alimentação. Isso beneficia o comércio e a indústria — disse Rebeca.

O diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Ipea, José Ronaldo de Castro Souza Júnior, concorda:

— Se não tivéssemos tido a manutenção da renda pelo pacote emergencial, dificilmente teríamos uma recuperação de consumo tão rápida. O aumento da taxa de poupança reflete, segundo especialistas, um espírito de cautela que tomou conta de parte das famílias na crise.

ESTIMATIVAS REVISTAS

Os investimentos, medidos pela chamada taxa de formação bruta de capital fixo, subiram 11% no trimestre, mas os técnicos do IBGE dizem que é preciso avaliar com cuidado o número, considerando o tombo de 16,5% visto entre abril e junho. No acumulado do ano, o indicador ainda está negativo em 5,5%.

As exportações tiveram queda de 2,1%, enquanto as

importações caíram 9,6% em relação ao segundo trimestre.

Diante do desempenho do terceiro trimestre, alguns bancos e corretoras já começaram a revisar suas estimativas para 2020 e 2021.

O Santander, que previa contração de 4,8% para o país neste ano, agora vê uma queda próxima de 4,6%.

— Se houver decisão governamental de manter o regime fiscal e o teto de gastos (regra que limita o avanço das despesas públicas), haverá recuperação gradual, com a economia crescendo um pouco abaixo de 3,5% — disse Lucas Maynard, economista do banco.

A consultoria Tendências, que aposta numa queda de 4,5% do PIB em 2020, estima um avanço mais tímido no ano que vem, de 2,9%.

— O mercado de trabalho ainda tem reação tardia e existe um medo da pandemia crescendo, com novas medidas de restrição. Isso pode afetar o PIB do quarto trimestre de 2020 e o do primeiro trimestre do ano que vem — afirmou o analista Thiago Xavier.

(*) Estagiária, sob supervisão de Danielle Nogueira

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 03/12/20 - **Cidade/UF:** Brasília / DF
Título: Câmara aprova MP que cria Casa Verde e Amarela **Impacto:** Neutro

Câmara aprova MP que cria Casa Verde e Amarela

Programa institui marca própria à política habitacional do governo Bolsonaro e substitui o Minha Casa Minha Vida, que tem 100 mil unidades inacabadas. Proposta elimina faixa mais baixa de renda e ainda precisa ser votada no Senado

GERALDA DOCA E
GABRIEL SHINOHARA
economist@oglobo.com.br
BRASILIA

O governo conseguiu aprovar ontem na Câmara dos Deputados, com 367 votos favoráveis, a medida provisória (MP) que cria o programa habitacional Casa Verde e Amarela, substituto do Minha Casa Minha Vida.

A proposta cria uma nova política habitacional para o governo sem resolver o problema de quase 100 mil unidades para famílias de baixa renda cujas obras estão paralisadas em todo o país, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Regional.

A MP ainda precisa ser aprovada pelo Senado. Como foi editada em agosto, ela perderá a validade em fevereiro. Por isso, o governo tem pressa.

Além da mudança de nome, a nova política habitacional do presidente Jair Bolsonaro acabou com a faixa mais baixa elegível para o programa, com renda de até R\$ 1,8 mil. No Minha Casa Minha Vida, a casa é praticamente doada nessa faixa, com prestações simbólicas.

O novo programa terá como foco famílias com capacidade de assumir financiamento

(com renda entre R\$ 2 mil e R\$ 7 mil). Além disso, passará a atuar em duas novas frentes: regularização de terrenos em parcerias com estados e prefeituras e reformas de casas.

SÓ RENDA ACIMA DE R\$ 2 MIL. A MP não acaba com o Minha Casa Minha Vida. Ele será extinto à medida em que as obras foram concluídas. Ao comentar as obras paralisadas, o ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, disse que pretende retomar até o final deste ano a construção de 40 mil unidades. Ele disse que o programa Minha Casa Minha Vida, vitrine dos governos Lula e Dilma, tem méritos, mas muitos problemas. Entre eles, construção de conjuntos habitacionais distantes das cidades, sem infraestrutura urbana.

Com a ausência do poder público nessas áreas precárias, cerca de 500 mil unidades foram tomadas pelo tráfico e milícias, estimou o ministro.

— Existem problemas insolúveis no curto prazo, ligados a questões jurídicas, desapropriação de terra, inadequação de projetos, falta de infraestrutura urbana. Esse é o grande problema do programa Minha Casa Minha Vida — afirmou Marinho, ao



Começo sem fim. Conjunto da Minha Casa Minha Vida no Rio: Marinho prometeu terminar unidades incompletas

Q “Existem problemas insolúveis no curto prazo no Minha Casa Minha Vida, ligados a questões jurídicas, desapropriação, inadequação de projetos, falta de infraestrutura”

Rogério Marinho, ministro

participar de evento da Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil (Cbic).

Ele destacou que a aprovação da MP vai permitir ao governo federal entregar 100 mil casas a cada ano devido ao corte nos juros para as famílias e na taxa de remuneração da Caixa Econômica Federal, agente operador do programa.

— Essa votação é extraordinária porque vai nos dar a consolidação de um novo

marco legal que permitirá, ao longo dos próximos anos, que nós possamos crescer ao mercado 25% de unidades habitacionais, atacando esse déficit crônico.

O Casa Verde e Amarela busca ampliar o acesso à moradia no Norte e no Nordeste com condições mais facilitadas de financiamento. A meta do presidente Jair Bolsonaro, que mira a reeleição em 2022, é entregar mais 350 mil resi-

dências, atingindo 1,6 milhão em quatro anos, considerando obras em andamento do Minha Casa Minha Vida. Também faz parte do plano regularizar dois milhões de moradias, fora de áreas de risco, e reformar 400 mil casas.

O Casa Verde e Amarela prevê três grupos com condições variadas (juros, subsídios, acesso à regularização fundiária e reforma do imóvel), de acordo com a renda familiar. O grupo 1 (faixa de renda até R\$ 2,6 mil nas regiões Norte e Nordeste e R\$ 2 mil nas outras regiões); o grupo 2 (até R\$ 4 mil) e o grupo 3 (até R\$ 7 mil).

O texto aprovado pela Câmara permite ao Executivo alterar por decreto o valor máximo do imóvel financiado e as faixas de renda das famílias beneficiadas. Hoje, é preciso alterar leis no Congresso para fazer essas mudanças.

O relator, deputado Inaldo Bulhões (MDB-AL), estendeu a redução tributária atualmente vigente para as empresas no novo programa e incluiu a criação de um fundo para concessão de registros eletrônicos de imóveis. Foram apresentadas mais de 500 emendas à MP, quase todas rejeitadas pelo relator. A votação durou 9 horas e meia, mas o governo venceu a obstrução da oposição.

Governo desiste de apresentar proposta de reforma tributária

Estratégia do Planalto é esperar eleições de presidentes de Câmara e Senado

GERALDA DOCA, NAIRA TRINDADE
E MARCELLO CORRÊA
economist@oglobo.com.br
BRASILIA

O governo desistiu de enviar ao Congresso uma proposta própria de reforma tributária até a eleição dos presidentes da Câmara e do Senado, em fevereiro de 2021. A estratégia é deixar para o Legislativo o custo de fazer avançar o tema nas próximas semanas.

A nova estratégia tira de cena a ideia de desonerar a folha de pagamento por meio da criação de um imposto sobre transações financeiras, como defende o ministro da Economia, Paulo Guedes. A ideia sofre for-

te resistência no Congresso.

Na avaliação da área econômica e de integrantes da ala política do governo, não há espaço para uma contribuição do Executivo em um momento de forte articulação política em torno da sucessão na presidência das duas Casas do Legislativo.

CONTRIBUIÇÃO LIMITADA

O líder do governo Ricardo Barros (PP-PR) confirmou que o Planalto não enviará uma proposta de reforma tributária ao Congresso e que já deu a sua contribuição, ao encaminhar o projeto que cria a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que unifica PIS e Co-

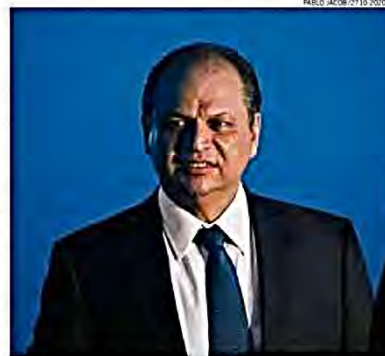
fins. Ele afirmou que o Executivo optou por aguardar o relatório do deputado Aginaldo Ribeiro (PP-PB) para se posicionar.

— O governo não vai enviar mais nada ao Congresso que trate de reforma tributária. Já deu a sua contribuição — disse Barros ao GLOBO.

Ele destacou, no entanto, que o presidente Jair Bolsonaro é favorável à reforma.

Em evento ontem, Guedes disse que um “desentendimento político” relacionado às eleições para a presidência da Câmara travou o debate sobre a reforma tributária.

— Mandamos a primeira fase (da reforma tributária). Colaboramos com a segunda



Debate tributário. Para Ricardo Barros, governo “já deu sua contribuição”

fase. De repente, com esse desentendimento político envolvendo a disputa da presidência da Câmara, esses entendimentos estão parcialmente interrompidos.

Segundo Guedes, o impasse no Legislativo impediu o avanço de propostas como a reformulação das re-

gras do Imposto de Renda. Ele afirmou, no entanto, que as negociações podem ser retomadas à frente, sem especificar quando.

— Essa terceira fase, que seria o Imposto de Renda e os passivos tributários, está parada. Mas na verdade pode ser retomado rapidamente.

Ou agora ou então depois. Mas a verdade é que nós vamos fazer essa reforma.

Embora, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ) tenha dito que teria pelo menos 320 votos favoráveis à aprovação da reforma, ele não pautou a matéria. Aginaldo tem dito aos deputados que ainda não publicou o relatório por esse motivo. Ele não quer se expor à toa, sem ter clareza de que o texto será pautado e aprovado, disse um parlamentar.

São necessários 308 votos para a aprovação da emenda constitucional da reforma. Maia depende do apoio da oposição, que soma 120 votos, mas que não está totalmente garantido. Caso a estratégia avance, a proposta de reforma tributária da Câmara seguirá como começou: de forma independente, sem participação do governo. Executivo e Legislativo divergem sobre a reforma desde o ano passado.

Veículo: Folha de São Paulo - Tipo de Mídia: Jornal - Data: 03/12/20 - Cidade/UF: DF
Título: Economia está voltando em V, realmente está voltando, diz Guedes Impacto: Neutro

FOLHA DE SÃO PAULO ***

SEXTA-FEIRA, 4 DE DEZEMBRO DE 2020 A17

mercado

Economia está voltando em V, realmente está voltando, diz Guedes

Ministro atribui crescimento menor que o esperado a revisões de PIBs anteriores; secretaria vê espaço para redução nos auxílios

Fábio Pupo e Ricardo Della Coletta
BRASÍLIA. O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou nesta quinta-feira (3) que a atividade brasileira está se recuperando e voltando em "V". Para ele, o número abaixo do esperado do PIB no terceiro trimestre foi influenciado por revisões que passaram resultados anteriores para cima. "A economia voltou a crescer em V, como dissemos antes. Houve revisões em trimestres anteriores, com crescimento um pouco para cima, então veio um pouquinho abaixo do esperado. Mas o fato é que a economia está voltando em V, realmente está voltando", disse em frente ao Ministério da Economia. Ele comentou ainda o relatório publicado pelo FMI nesta semana, que afirma que as autoridades devem estar preparadas para fornecer apoio adicional na área fiscal. Na visão de Guedes, o Fundo está defendendo a retirada dos estímulos seja gra...

DADOS SÃO REALMENTE FANTÁSTICOS, AFIRMA BOLSONARO
Em live semanal, o presidente repetiu discurso do ministro da Economia, Paulo Guedes, e disse que a economia brasileira está crescendo em "V". O crescimento de 3,7% foi um ponto percentual abaixo da projeção de 5% do FMI para o mesmo período de 2020, houve queda de 3,9%. O PIB recuou 5% no acumulado do ano e 3,4% em 12 meses. ASPE (Secretaria de Política Econômica), do Ministério da Economia, publicou a notícia nesta quinta sobre o PIB do trimestre. O texto afirma que houve forte recuperação da atividade, do emprego formal e do crédito, aladando aumento da taxa de poupança. "Segundo a pasta, esses fatores 'positivaram o caminho para que a economia brasilei...

ra continue avançando no primeiro semestre de 2021 sem a necessidade de auxílios governamentais". É importante fixar que a retomada da atividade e do emprego, que ocorreu nos últimos meses, compensará a redução dos auxílios. Outro fator positivo, na visão da pasta, será a melhoria das condições financeiras, que devem continuar impulsionando a atividade, principalmente com a retomada da agenda de reformas, e o aumento da poupança. "O escudo de políticas sociais criado para amenizar o impacto econômico e social causados pela pandemia deve ser desarmado, dando espaço para a agenda de reformas estruturais e consolidação fiscal — único meio para que a recuperação se mantenha pujante". O vice-presidente, Hamilton Mourão, afirmou que a queda do PIB em 2020 não será tão significativa quanto as previsões. "O grande ponto que as principais instituições davam que o Brasil teria uma queda grande e não será tão catastrófica", afirmou.

PAINEL S.A. Ricardo Balthazar Cobertor curto

Ao permitir que o governo Jair Bolsonaro execute no próximo ano gastos previstos pelo Orçamento de 2020 e ainda não realizados, o Tribunal de Contas da União deu munícipia para as duas alas que se digladiam por causa da política econômica. A decisão de quarta (2) libera cerca de R\$ 6 bilhões para investimentos em obras e projetos patrocinados por aliados do governo no Congresso. Ao mesmo tempo, reduz sua margem de manobra ao manter o dinheiro sob as restrições do teto de gastos.

PRAZO CURTO O resultado de governo para executar esses pro-...
FAÇAM AS CONTAS A Autoridade de Fortuna da Santa (SPA) promete divulgar até janeiro um chamamento público para receber estudos de viabilidade que justifiquem a construção de um túnel submerso ligando Santos a Guarujá, projeto que disputa atenção com outro do governo do estado, que planeja erguer uma ponte entre as duas cidades.

CARRO DE GUERRA A decisão do tribunal permite que os recursos sejam comprometidos agora e inscritos no orçamento para pagar. Como o pagamento de aumento de salário do Tesouro, a briga para viabilizar esses investimentos continuará em dezembro, alimentando pressões para que o Congresso reveja o teto.

VALMOS VER No Ministério da Economia, que tentava impedir o uso do mecanismo, a aposta é que o impacto será reduzido. Ultras do Ministério do Desenvolvimento Regional que serão beneficiadas dificilmente ficarão prontas até o fim de 2021, o que permitiria o cancelamento dos restos a pagar mais tarde e algum alívio nas pressões sobre o Tesouro.

RESPIRO Após sofrer uma queda em agosto e registrar crescimento pouco expressivo em setembro, o faturamento de atacadistas e distribuidores aumentou 2,2% em outubro, na comparação com o mês anterior, segundo pesquisa da Abad, entidade que representa as empresas do setor.

DEGRÃO EM GRÃO Alta companhia o relaxamento da quarentena no país foi impulsada por varejistas de pequeno e médio porte, que ganharam terreno no mercado durante a pandemia, diz a associação. Em relação ao mês de outubro foi 2,8% maior.

SEM PÉLOGO O número de pedidos de recuperação judicial apresentados neste ano até novembro foi 19,9% maior que do ano passado e os de falência aumentaram 10,5% segundo o biro de crédito Boa Vista. Comparados apenas registros de novembro deste e do ano passado, os pedidos de recuperação judicial subiram 30,2% e os de falência, 61,7%.

com Filipe Oliveira e Mariana Grazzioli

INDICADORES

JUROS
IMPOSTO DE RENDA
CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA
EMPREGADOS DOMÉSTICOS
Table with financial data and trends.

Pior momento da crise ficou para trás, mas uma retomada forte do PIB não está garantida

OPINIÃO
Bráulio Borges
A IBGE apontou que o PIB, depois de recuar expressivamente no primeiro e no segundo trimestre, apresentou taxa de expansão expressiva no terceiro trimestre. Ainda assim, essa taxa foi insuficiente para recuperar as perdas acumuladas na primeira metade deste ano, refletindo as restrições adotadas para conter a pandemia do novo coronavírus e minimizar o número de mortes, bem como o temor das pessoas de sair às ruas e consumir nesse contexto. Interessante notar que as taxas dessazonalizadas brasileiras nos três trimestres foram praticamente idênticas às observadas e estimadas para o agregado da OCDE (que engloba diversos países avançados e alguns emergentes). Ainda que algumas regiões brasileiras venham apertando as restrições à mobilidade de pessoas e ao funcionamento de estabelecimentos no fim deste quarto trimestre, em razão da segunda onda, ainda assim o PIB brasileiro deverá apresentar nova expansão dessazonalizada relevante no trimestre final de 2020, puxado pela indústria, encerrando o ano com um tombo de cerca de 4,3% sobre 2019. Será uma das piores contrações anuais já registradas pelo Brasil em muito tempo. De todo modo, é um número bem melhor do as estatísticas de consenso apontavam em abril/mayo (cerca de -6,5%), e do que projeções feitas por FMI e Banco Mundial te de 2020, que revelava variação dos dígitos de queda. Em relação aos demais países da América Latina, o Brasil também se destacou positivamente nesse aspecto, já que muitos deles deverão fechar o ano com va-

riações em torno de -10%. Olhando para a frente, o carregamento estatístico favorece bastante 2021: caso o PIB brasileiro não cresça nada em termos dessa sazonalização ao longo do próximo ano, ainda assim a taxa de variação anual se situará em torno de 2,5%. O fim do auxílio emergencial, a partir de janeiro, certamente irá pesar negativamente, ainda que contrabalançado pela enorme poupança acumulada por muitos consumidores (em razão da redução expressiva do consumo de serviços) e pela expectativa de que a vacinação em massa comee no início de 2021 (um esforço maior de coordenação pelo governo federal, em relação ao que vimos até recentemente, certamente ajudaria a agilizar bastante isso). Algo que foi decisivo para esse quadro menos negativo do que se esperava há alguns meses foi a resposta de política econômica doméstica, sobretudo o suporte fiscal — com destaque para o auxílio emergencial (uma construção conjunta do Executivo com o Congresso). Segundo dados do FMI, o pacote de suporte fiscal brasileiro correspondeu a quase 12% do PIB, somando aumentos de despesas (incluindo saúde pública), diferimentos de pagamentos de tributos e concessão de garantias. É praticamente o triplo do observado na média da América Latina e bem próximo, em magnitude, aos pacotes adotados por economias desenvolvidas. Desse modo, a dívida pública brasileira, que já era elevada, deverá subir cerca de 22 pontos percentuais do PIB neste ano. As preocupações quanto à solvência fis-

Veículo: Folha de São Paulo - Tipo de Mídia: Jornal - Data: 03/12/20 - Cidade/UF: DF
Título: Dados mostram que auxílio era necessário para arrefecer recessão Impacto: Neutro

05:32 Sexta-feira 4 de dezembro

100%

FOLHA DE SÃO PAULO ***

SEXTA-FEIRA, 4 DE DEZEMBRO DE 2020 A19

mercado

Dados mostram que auxílio era necessário para arrefecer recessão

Em uma crise dessas proporções, o consumo das famílias foi a força motriz da melhora do PIB no 3º trimestre

OPINIÃO

Debora Freire

Professora e Pesquisadora do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) da UFMG

O PIB cresceu 7,7% no terceiro trimestre ante o anterior. É uma boa notícia, mas que deve ser avaliada com cautela, pois precisamos ser capazes de ler e entender esse resultado para além dos números, aproveitando a sinalização que ele nos dá.

Em primeiro lugar, o crescimento trimestral recorde de 7,7% parte de uma base muito baixa, o segundo trimestre de 2020, que registrou queda também recorde de 9,6% em relação ao trimestre anterior. Notadamente, o crescimento observado no terceiro trimestre não foi suficiente para compensar a queda acumulada até aqui e voltarmos aos níveis pré crise. Comparado com o mesmo trimestre de 2019, o PIB recuou 3,9%. No acumulado do ano até o terceiro trimestre de 2020, o PIB caiu 5,0% em relação à igual período de 2019.

Em termos setoriais, os resultados foram heterogêneos. Agropecuária vai bem no acumulado do ano. Indústria e comércio tiveram crescimento importante em comparação com o segundo trimestre de 2020, voltando ao patamar do primeiro trimestre do ano, mas, serviços em geral, setor com maior peso no PIB, ainda não recuperou o patamar pré-pandemia.

Serviços prestados às famílias, como alojamento, alimentação e academias, tiveram melhora, mas ainda não recuperaram a enorme queda do segundo trimestre, exatamente pelo comportamento mais cauteloso de parte das famílias, que ainda têm evita-

do contato social mais amplo. Pela ótica dos agregados macroeconômicos, o destaque é para o consumo das famílias, que cresceu 7,6% em comparação com o trimestre anterior, em que havia caído 11,3%. O investimento também cresceu 14%, mas ante uma base de comparação com o segundo trimestre pior, em que havia caído 46,5%.

A taxa de crescimento do consumo das famílias é relevante pois esse agregado representa 65% do PIB. O resultado proeminente da indústria de transformação (que cresceu 23,7% em relação ao trimestre anterior), especialmente bens duráveis e bens alimentícios, está associado em boa parte a esse aumento do consumo das famílias.

O importante a avaliar é que, em uma crise que accentua o desemprego, que fez com que os informais não pudessem prestar seus serviços e que reduziu a renda do trabalho dessas pessoas a zero, o consumo das famílias foi força motriz desse ensaio de recuperação que observamos no terceiro trimestre.

A fonte deste resultado tem nome e sobrenome: Auxílio emergencial. Não fosse essa fonte, o agregado que detém 65% do PIB não teria mostrado essa recuperação. No início da pandemia, realizamos no Nema, grupo de estudos do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) da UFMG, um estudo de projeção que previa os impactos macroeconômicos do auxílio: uma política de transferência dessa magnitude teria impacto proeminente no consumo das famílias. O amortecimento na queda do consumo faria com que a

produção e, conseqüentemente, o emprego de fatores, trabalho e capital, e suas remunerações, salários e lucros, caíssem menos do que em um cenário sem o auxílio, amortecendo a queda na economia. Com queda menor no nível de atividade econômica, o tombo na própria arrecadação do governo seria menor.

O resultado do PIB mostra claramente o potencial dinamizador desse tipo de política em momentos de crise e elevado desemprego. Não fossem as transferências, os setores mais afetados, como serviços, teriam registrado contração ainda maior; a indústria não voltaria a se dinamizar em tal magnitude.

Arrefecer não apenas pelo seu caráter social imprescindível para evitar a fome e o desemprego, mas também pela sua capacidade de arrefecer a recessão e auxiliar a recuperação econômica, dados seus impactos indiretos na economia. O mesmo bom resultado do PIB no terceiro trimestre, no entanto, acredita-se não se repetirá para o próximo trimestre e a luz vermelha para o próximo ano. O auxílio foi reduzido para R\$ 20 no quarto trimestre, o que já arrefece seu efeito.

Para o ano de 2021, após idas e vindas, e voltas, não temos nenhum tipo de programa para além do Bolsa Família previsto. Sem essa força motriz em um momento em que ainda não há momento agüeda o suficiente para gerar empregos e, inclusive, apresenta sinais de piora nos indicadores sanitários relacionados à pandemia, receio que não haverá muitos motivos para comemorar recuperação mais adiantada, muito pelo contrário.

PIB do Brasil está em linha com recuperação mundial no 3º tri de 2020

Varição do PIB em relação ao trimestre anterior, em %



Indústria e comércio têm maior benefício com a retomada

SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO. Indústria e comércio foram os principais setores beneficiados pelo crescimento da economia no terceiro trimestre, impulsionados por medidas de estímulo do governo, pela base de comparação baixa e pelo aumento do crédito às famílias.

Segundo dados do IBGE divulgados nesta quinta (3), a indústria cresceu 14,8%, e os serviços subiram 6,7% no período. O comércio, classificado como parte dos serviços, avançou 9,9%. Entre as atividades industriais, destaca-se o crescimento de 23,7% das indústrias de transformação.

Na comparação com o mesmo período de 2019, atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados cresceram 6% —segmento com melhor resultado na comparação dos planos de saúde. Para o mesmo período de 2019, a construção cresceu 5,6% em relação ao segundo trimestre, mas recuou 7,9% na comparação anual. A atividade do setor praticamente voltou ao nível existente antes da pandemia e ao estimado do SindusCon SP a perspectiva de crescimento do PIB da construção é 3,8% em 2021 se mantiver, diz o vice presidente de Economia do SindusCon SP Eduardo Zaidan.

Para o quarto trimestre as expectativas são de desaceleração, com crescimento de aproximadamente 4% a 5%. Segundo José Márcio Carmo, da Genial Investimentos, indicadores antecedentes apontam continuidade da retomada da atividade em outubro e novembro, mas em ritmo mais lento. Para ele, com a retomada forte de comércio e indústria, o desempenho do PIB agora depende essencialmente do setor de serviços. 'Isso' vai ser melhor que 2020, não tem como ser pior, mas não se pode deixar de permitir um desempenho tal como esperado pelo mercado', diz Marcos Ferrati, presidente do Conselho Brasileiro de Apoio à Indústria e Comércio. Sem o auxílio, tem o problema de renda. EC e NF

Não existe milagre sem investimento em máquinas e inovação

ANÁLISE

Érica Fraga

SÃO PAULO. Não existe milagre do crescimento sem investimento em máquinas, tecnologia, inovação e expansão de fábricas.

Os países cujas economias se expandiram de forma acelerada nos últimos anos — antes da catástrofe do coronavírus — evidenciam essa antiga constatação da literatura acadêmica.

China, Índia, Vietnã, Irlanda e Botsuana são exemplos de nações que cresceram perto ou acima de 8%, em média, entre 2012 e 2019. As taxas de investimento desses cinco países — tão diversos entre eles — em relação aos seus PIBs (Produtos Internos Brutos) foram de, respectivamente, 45%, 33,7%, 27,8%, 26,6% e 21,8% nesse período. No mesmo intervalo de tempo, o Brasil teve expansão econômica piúba de 1,4% ao ano, em média. O resultado não é surpreendente considerando que o país mobilizou investimentos equivalentes a apenas 18,4% do PIB nesse período. Das cerca de 70 nações para as quais o FMI (Fundo Monetário Internacional) tem dados, o Brasil costuma estar entre os 22 com os níveis mais baixos desse indicador. A série histórica das contas

nacionais brasileiras calculada pelo IBGE com sua metodologia atual começa no início de 1996. Nos 99 trimestres registrados desde então, a taxa de investimentos brasileira atingiu ou ultrapassou 20% em apenas 22 ocasiões. Seu teto em todo esse período foi 21,5%.

Os dados divulgados pelo IBGE mostram que o país saiu com força da crise causada pela pandemia da Covid-19, ainda que tenha frustrado as expectativas do mercado, que esperava um crescimento mais robusto do PIB.

A questão, que explica por que toda a numerilha aqui citada sobre taxa de investimento importa, é que se espera daqui para a frente?

Uma combinação entre má gestão da economia e baixo apetite da sociedade brasileira por reformas — que mexeriam em privilégios adquiridos — é a principal causa do desempenho econômico fraco do Brasil.

O temor recorrente em relação a crises fiscais, o ambiente de negócios complexo, a alta carga tributária e a baixa qualidade da educação são alguns dos fatores que explicam por que os investimentos privados não decolam no Brasil.

Houve avanços para evitar o colapso das contas públicas nos últimos anos, como a adoção de um teto para controlar os gastos do governo e mudanças nas regras do regime de aposentadorias.

Mas, até agora, a taxa de investimentos brasileira segue anêmica.

A saída do fundo do poço da pandemia foi suficiente apenas para levar o indicador de volta para 18,2%, exatamente o mesmo patamar baixo do terceiro trimestre de 2019 e de 2018.

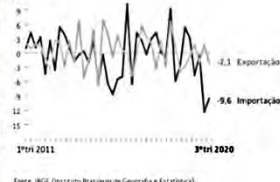
A confiança empresarial de penderá de novos passos pa-

Comportamento do consumo e do investimento no 3º trimestre de 2020

Varição do PIB em relação ao trimestre anterior, em %



Exportação e importação



ra resolver os antigos problemas, mas também de medidas para atenuar os novos trazidos pela pandemia.

Há incertezas grandes em relação a ambos.

Não está claro que haja apetite político para avançar em reformas importantes, como a administrativa e a tributária em 2021, quando as atenções em Brasília já estarão voltadas para as eleições do ano seguinte.

Tampouco parece haver segurança, dado o desrecolamento de declarações oficiais em relação a vacinas, de que o Brasil será um dos países que avançarão rapidamente na difícil tarefa de imunizar sua população.

Enquanto isso não ocorrer, a necessidade de distanciamento social e a impossibilidade de renovação do socorro emergencial à população vulnerável, no contexto do elevado desemprego, ferirão o consumo.

No contexto da incerteza em relação à crise sanitária, a desigualdade na aprendizagem de crianças e jovens, outro problema antigo do país, se agrava a cada dia. Sem uma política bem coordenada nas frentes de saúde e educação, que aumentem a confiança nas perspectivas futuras do país, dificilmente o motor do investimento — crucial para o crescimento econômico — acelerará.

Veículo: Valor Econômico - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 03/12/20 - **Cidade/UF:** São Paulo / SP
Título: PIB per capita deve levar dez anos para voltar ao nível de 2013 **Impacto:** Neutro

PIB per capita deve levar dez anos para voltar ao nível de 2013

Ana Conceição
De São Paulo

A forte recessão deste ano deve reduzir o PIB per capita brasileiro de tal forma que uma recuperação ao nível de 2019, antes da pandemia, deve ocorrer apenas em 2023. Para voltar ao mesmo patamar de 2013, o melhor ano desse indicador, será necessário mais uma década, de acordo com cálculo do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV).

Usado por economistas para medir a riqueza dos países, o indicador é obtido a partir da divisão do valor do PIB pela população total. Em 2020, com uma queda estimada de 4,7% no PIB, o PIB per capita deverá diminuir 5,4%, o maior recuo desde os 6,3% de 1981. Dessa forma, a renda por habitante do país deverá terminar o ano em R\$ 33,3 mil, a mais baixa desde 2009.

“Mesmo em um cenário-base otimista, em que o PIB do país cresça 3,6% em 2021 e 3% em 2022, a volta para [a renda per capita de] 2019 está ainda distante. Para retornar ao padrão de 2013

vai demorar muito mais”, afirma Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do Ibre/FGV.

Uma recuperação mais rápida, observa, dependeria de um forte crescimento da produtividade e isso em um cenário em que o país não conta mais com o bônus demográfico, quando a população em idade ativa supera a de idosos e crianças e ajuda a alavancar a produtividade.

O mais recente período de crise, que vem desde 2014, tem deixado sequelas na economia do país em termos de capital humano e produtividade. Jovens que não conseguem trabalho e cidadãos que ficam fora do mercado de trabalho por muito tempo perdem a capacidade produtiva e isso afeta a capacidade de a economia crescer, segundo Silvia.

Ela chama atenção para a queda de quase 9% no PIB per capita entre os anos de 2014 e 2016, a que se seguiu uma recuperação fraca entre 2017 e 2019. O resultado é que o período entre 2014 e 2020 deve registrar uma queda média de 2,1% ao ano. Na década, de 2011 a 2020, o recuo deve ser de 0,6% ao ano. Números que paí-

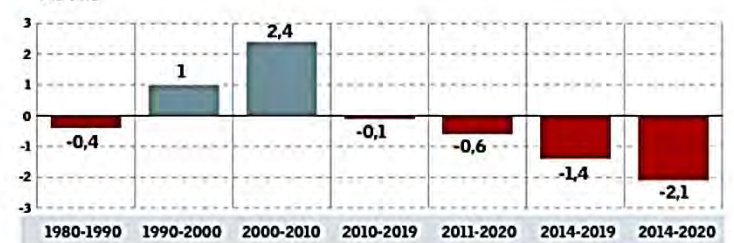
Tempo perdido

PIB per capita – em R\$



Variação do PIB per capita

Ao ano



Fonte: Ibre-FGV

ses em guerra costumam exibir.

Num período mais recente, de 1980 para cá, só no boom de commodities dos anos 2000 o PIB per capita conseguiu crescer 2,4% ao ano. E isso num período

em que a produtividade total dos fatores crescia 2% ao ano, algo atípico no país. “Se fizermos tudo certo, conseguiremos recuperar o PIB per capita de 2013 entre 2029 e 2030”, afirma Silvia.

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 03/12/20 - **Cidade/UF:** Brasília / DF
Título: Guedes vê rápida recuperação **Impacto:** Neutro

O PIB NA PANDEMIA

GUEDES VÊ RÁPIDA RECUPERAÇÃO

GOVERNO AVALIA QUE CAMINHO ESTÁ ABERTO PARA FIM DE AUXÍLIO

MANOEL VENTURA, MARCELLO CORRÊA E ISABELLA MACÉDO
economia@oglobo.com.br
BRASÍLIA

O ministro da Economia, Paulo Guedes, comemorou ontem o resultado do PIB, enquanto a equipe econômica acredita que o dado divulgado pelo IBGE demonstra que não será necessário manter medidas do governo tomadas em 2020, como o auxílio emergencial, em 2021. Para Guedes, o crescimento de 7,7% no terceiro trimestre é um sinal de que a atividade econômica está "voltando em V", jargão que significa uma rápida retomada após grave recessão.

— A economia voltando em V. Houve revisões em trimestres anteriores, então

veio um pouquinho abaixo do esperado. Mas o fato é que a economia está voltando em V, realmente está voltando — disse o ministro a jornalistas, pela manhã.

Perguntado sobre a recomendação do Fundo Monetário Internacional (FMI) para que as medidas de estímulo adotadas durante a pandemia não sejam retiradas de forma abrupta, Guedes disse que isso está sendo seguido pelo governo:

— É exatamente o que estamos fazendo. Tínhamos um estímulo de R\$ 600 por três meses, renovamos, depois reduzimos gradualmente para R\$ 300, aí botamos mais quatro meses até o final do ano.

GOVERNO PODE FIXAR META
Mais tarde, ao participar de evento da construção civil, Guedes voltou a dizer que os estímulos estão sendo retirados de maneira gradual. Ele prevê queda de 4,5% do PIB ao fim do ano, e disse que o Brasil vai surpreender em 2021:

— Só mesmos os negacionis-

tas é que refutariam a evidência empírica de que a economia brasileira voltou em V.

Nota da Secretaria de Política Econômica da pasta considera que o resultado do PIB pavimentou o caminho para que a economia brasileira "continue avançando no primeiro semestre de 2021 sem a necessidade de auxílios governamentais", como o auxílio emergencial. Para o governo, a retomada da atividade econômica "compensará a redução dos auxílios".

Para o governo, o "escudo de políticas sociais" criado para amenizar os impactos econômicos e sociais causados pela pandemia "deve ser desarmado, dando espaço para a agenda de reformas estruturais e consolidação fiscal".

Já o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), considerou o resultado do PIB ruim e disse que o dado reflete o que chamou de "desorganização do governo".

— Do tamanho da desorganização do governo — disse o deputado.



Debate. Guedes afirmou que vai conversar com o TCU e que governo pode anunciar uma meta fiscal para 2021

Q "Só mesmo os negacionistas refutariam a evidência empírica de que a economia brasileira voltou em V"

Paulo Guedes, ministro da Economia, ao comentar o desempenho do PIB

"(Resultado do PIB no terceiro trimestre é) Do tamanho da desorganização do governo"

Rodrigo Maia, presidente da Câmara

Maia também criticou a proposta do governo, apresentada em abril, de adotar uma meta flexível como resultado das contas públicas no próximo ano. A decisão foi tomada, na época, por causa da dificuldade dos técnicos em estimar a receita para o ano seguinte, diante da crise causada pela pandemia. Sem meta fiscal fixa, não há bloqueio de recursos no Orçamento ao longo do ano, chamado de contingenciamento.

— O que está me deixando impressionado é essa coisa de meta flexível que o Paulo Guedes está inventando. A primeira promessa que fizeram foi acabar com déficit primário. Agora não querem meta para não ter de organizar contingenciamento — disse Maia.

Guedes negou que haja uma

"briga" entre a equipe econômica e o Tribunal de Contas da União (TCU) a respeito do tema e disse, pela primeira vez, que o governo pode fixar uma meta para o resultado das contas públicas em 2021.

— Agora, a economia se firmando e voltando, nós já teremos possibilidade, vamos conversar com o TCU sobre isso, de rever as previsões de receitas e aí podemos então anunciar uma meta — disse o ministro.

Em outubro, o TCU aprovou um alerta ao governo federal sobre a ausência de uma meta fiscal fixa no projeto da LDO de 2021. Segundo o tribunal, ao não definir esse indicador, o governo poderá desrespeitar a Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal.

SEIS SINAIS DE INDEFINIÇÃO NO QUARTO TRIMESTRE

1 Aumento de casos de Covid-19

A rede pública de saúde no Rio está em colapso, segundo diagnóstico de grupo de estudos da Fiocruz. Em São Paulo, hospitais começam a alcançar a capacidade máxima nas UTIs. O risco de uma segunda onda de Covid-19 pode inibir o consumo imediato, por medo de contágio, ou deixar o consumidor mais cauteloso mesmo que o comércio permaneça aberto.

2 Patamar alto de desemprego

Em seis meses, 3,6 milhões de trabalhadores ficaram sem emprego. Atualmente, a taxa de desemprego supera 14% e especialistas esperam que o número aumente. A principal renda das famílias vem do trabalho, que responde por 70% do orçamento. Sem emprego, as famílias contam com menos recursos para consumir, diminuindo o potencial de recuperação.

3 Comércio, indústria e serviços mais devagar

Indicadores econômicos do fim do terceiro trimestre e os já divulgados de outubro mostram a economia crescendo mais devagar. A produção de papelão ondulado, beneficiada pelo maior uso de embalagens na pandemia, caiu 2% em outubro. O fluxo de veículos nas estradas teve leve alta de 0,2%. A indústria cresceu 1,1%, menos da metade do mês anterior.

4 Auxílio emergencial pela metade

Em setembro, o governo cortou pela metade o valor do auxílio emergencial pago a mais de 65 milhões de pessoas durante a pandemia. O valor caiu de R\$ 600 para R\$ 300, e a previsão é que ele seja encerrado no fim do ano. A incerteza em relação aos próximos meses pode funcionar como um freio no consumo para os beneficiários do programa.

5 Inflação puxada por alimentos e conta de luz

Bancos e consultorias já estão prevendo inflação acima do centro da meta, de 4%, este ano, após a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) ter fixado bandeira tarifária vermelha nível dois em dezembro. O aumento da conta de luz é uma pressão a mais na inflação, que vinha em alta com a disparada nos preços de alimentos. Até outubro, eles subiriam 12%.

6 Incerteza fiscal no horizonte

A dívida pública caminha para responder por mais de 100% do PIB, o que significa mais de R\$ 7 trilhões. Os gastos para combater a pandemia e com o auxílio emergencial fizeram a dívida subir, e o governo ainda não apresentou um plano para estabilizá-la. A incerteza fiscal pode se tornar um fator que dificulta a atração de investimento durante a retomada.

Veículo: Valor Econômico - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 03/12/20 - **Cidade/UF:** São Paulo / SP
Título: PIB foi inflado por demanda que não vai repetir, diz Kawall **Impacto:** Neutro

A24 | Valor | Sexta-feira, 4 de dezembro de 2020

Especial

Conjuntura Ex-secretário do Tesouro vê perda de fôlego no 4º tri e pequena queda no começo de 2021

PIB foi inflado por demanda que não vai se repetir, diz Kawall

Árcia Martins
De São Paulo

A expansão de 7,7% do Produto Interno Bruto (PIB) no terceiro trimestre em relação ao segundo, feitos os ajustes sazonais, foi impulsionada por uma "demanda extraordinária" que não vai se materializar daqui em diante, na avaliação de Carlos Kawall, diretor do ASA Investments. Com a redução do auxílio emergencial, o crescimento deve perder bastante fôlego nos últimos três meses do ano, afirma Kawall, e o PIB tende a ficar em patamar ligeiramente negativo no começo de 2021, quando se espera que os estímulos terminem.

O ASA manteve a estimativa de queda de 4,7% para a economia brasileira em 2020, seguida de crescimento de 2,2% em 2021. A projeção para o próximo ano está abaixo do consenso de mercado para o período (3,4%), mas o ex-secretário do Tesouro não acha seu número pessimista. "Não estamos falando de uma visão negativa da recuperação, mas teremos o fim do auxílio, até porque ele se tornaria insustentável se estendido. O que impulsionou o PIB e gerou um carregamento estatístico relativamente elevado não estará presente em 2021", disse Kawall.

Do lado positivo, o economista afirma que a "dobradinha" juro baixo e dólar alto será importante para dinamizar e o investimento, e o Banco Central deve elevar a Selic somente em 2022. Confira a seguir os principais trechos da entrevista ao Valor:

Valor: O PIB cresceu 7,7% no terceiro trimestre, um pouco abaixo das expectativas. Quais fatores explicam o crescimento?

Carlos Kawall: A maior parte da diferença em relação ao que esperávamos (8,9%) e o resultado se deu pela alteração do PIB de 2019, que foi revisado para cima. É como se, sem essa revisão, a alta de 7,7% do terceiro trimestre fosse

se 8,5%. Houve recuperação muito forte da indústria e também dos serviços, com destaque para o comércio, em "V". Mas o setor de serviços como um todo ainda opera em patamares abaixo do que se encontrava no fim do ano passado. Portanto, a resposta é que a recuperação, como imaginado, está se dando em cima da produção e comercialização de bens, que é a característica que vem tanto do distanciamento social causado pela pandemia, que leva as pessoas a ficarem mais isoladas consumindo mais bens, e não serviços, quanto pelo impacto do auxílio emergencial na renda. A expectativa era que isso tivesse seu efeito máximo exatamente no terceiro trimestre.

Valor: O que esperar daqui para frente, com a redução do auxílio no quarto trimestre e a expectativa de que o benefício acabe em 2021?

Kawall: A expectativa é que haja crescimento no quarto trimestre, mas bem menor. Temos projeção de alta de 1,6% e, quando a gente entrar em 2021, já com o fim dos estímulos, a gente imagina um PIB levemente negativo, de cerca de -0,5% [no primeiro trimestre].

Valor: Os indicadores já divulgados para o quarto trimestre corroboram a expectativa de desaceleração do crescimento no período?

Kawall: Tem muita pouca coisa divulgada do quarto trimestre. Só tivemos a produção industrial de outubro, que veio um pouco mais baixa do tínhamos, mas há evidências anedóticas de desaceleração na margem. Acreditamos que o crescimento terá moderação como efeito da redução do auxílio emergencial em combinação com um mercado de trabalho ainda bastante deprimido. Em segundo lugar, há aceleração importante da inflação de alimentos e bens, o que tende a deestimular o consumo à frente.

Valor: Como ficam as projeções para a queda do PIB em 2020 e a recuperação em 2021?

Kawall: Mantivemos a proje-

ção de queda de 4,7% neste ano e de alta de 2,2% em 2021. A diferença entre o que projetávamos e o que acabou vindo não é expressiva, foi mais uma mudança da base. Mas temos que considerar que com este PIB um pouco mais fraco no terceiro trimestre o carregamento estatístico para 2021 se altera. Na nossa opinião, ele caiu de 2,4% para 2,2%. Em tese, isso poderia levar a uma redução na projeção [de crescimento para o próximo ano], mas no nosso caso não, porque tínhamos um certo viés de alta para o ano que vem, e o número de ontem retirou esse viés. Não será surpresa se algumas casas que tinham números mais fortes que o nosso revisarem 2021 para baixo.

Valor: Por que o ASA já vinha com uma visão mais pessimista do que o consenso para 2021?

Kawall: Não acho que seja uma visão pessimista, mas sim menos otimista. Crescemos 1,3% em 2017, 1,8% em 2018 e 1,4% em 2019. Julgamos que crescer entre 2% e 2,5% é um bom crescimento: será a maior taxa desde 2013. Não estamos falando de uma visão negativa da recuperação, mas teremos o fim do auxílio, até porque ele se tornaria insustentável se estendido. O que impulsionou o PIB e gerou um carregamento estatístico relativamente elevado não estará presente em 2021. O PIB foi inflado por uma demanda extraordinária que não vai se materializar no ano que vem. O segundo ponto é que existe uma discussão entre nós economistas, porque temos números do Caged [Cadastro Geral de Empregados e Desempregados] muito fortes e, de outro lado, dados da Pnad [Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE] bem menos animadores. Nossa sensação é que a Pnad está retratando melhor o que acontece no mercado de trabalho, o que nos sugere recuperação mais lenta do consumo. Também vamos sair dessa crise com um nível relativamente elevado de endividamen-



Carlos Kawall, diretor do ASA Investments: "Não há grande espaço para retomada do consumo via crédito"

to das famílias. Portanto, não há grande espaço para retomada do consumo via crédito.

Valor: Os juros em patamares historicamente baixos serão uma ajuda nesse cenário?

Kawall: O ambiente de manutenção do arcaço fiscal com juros excepcionalmente baixos e inflação se moderando depois dos choques vivenciados neste último trimestre vai propiciar um comportamento muito positivo do setor imobiliário. A construção civil vai ser um dos fatores de dinamismo da recuperação. O setor exportador de commodities também será uma força dinamizadora. A percepção é que a "dobradinha" juro baixo e dólar alto será importante para dinamizar o investimento.

Valor: O Banco Central pode ter que elevar a Selic em 2021?

Kawall: Na nossa visão, não. Com esse crescimento mais moderado e 16% de taxa de desemprego que projetamos no ano que vem, os núcleos de inflação vão se manter em torno dos níveis deste ano, de 2,5%, 2,6%. Portanto, à luz do hiato do produto e da inflação ainda abaixo da meta, na nossa percepção, o BC deve manter os juros no ano que vem, subindo em meados do segundo trimestre de 2022. Mas no curto prazo essa inflação mais elevada é negativa para o crescimento. Isso subtrai renda disponível e pode ser fa-

tor adicional de fraqueza no quarto trimestre.

Valor: Em que medida a incerteza fiscal pode afetar a retomada?

Kawall: Ela opera via condições financeiras. No pior momento, essas condições, medidas por inclinação da curva de juros, dólar, risco, bolsa etc., flertaram com o terreno contracionista, mas nas últimas semanas têm mostrado alguma melhora na margem. Em novembro, tivemos evolução bastante positiva que tem a ver com o cenário global, a partir do ambiente de mais apetite por risco depois da eleição americana. Vamos torcer para que isso continue a evoluir favoravelmente até o fim do ano. O grande nó é a questão fiscal aqui. Ainda existe certa incerteza, que deve perdurar até o fim do ano, sobre se vai ter alguma forma de contorno da Lei de Responsabilidade Fiscal, do teto de gastos. Acho que isso se mantém.

Valor: O recrudescimento da pandemia também seria outro grande risco à retomada?

Kawall: Sim, embora conforme o tempo passa, a gente vai vendo que algumas coisas que achávamos que eram conclusões ou verdades com relação à pandemia acabam não se materializando. Como a segunda onda na Europa, que ninguém previu. Agora, isso nos parece um risco menor aqui. No Brasil, a pandemia está no estágio em que já há certa imunização de rebanho. Isso não

garante que a gente possa relaxar restrições, mas sugere que, se tivermos que adotar restrições adicionais, elas não seriam tão duras como num primeiro momento de isolamento, e por isso não afetariam tanto a economia. O segundo ponto é que contamos que, em algum momento no início do ano que vem, comece a haver alguma vacinação.

Valor: Como as perspectivas para a vacina afetam o cenário de crescimento global e do Brasil?

Kawall: Melhoram, com aumento da confiança. Do ponto de vista do risco de ambiente global, isso sem dúvida está gerando uma espiral positiva. A notícia de que o Reino Unido vai começar a vacinação na semana que vem e que os EUA podem seguir proximamente começa a dar mais confiança de que não vai haver em 2021 um grande baque de uma possível nova onda, ou algo que forçasse essas economias a adotarem restrições mais fortes novamente. Novembro foi o mês em que a eleição americana e a proximidade da vacina mudaram completamente o ambiente de risco dos mercados internacionais, o que beneficiou muito os emergentes, tanto que tivemos no mês passado um fluxo espetacular na bolsa. Isso certamente tem a ver com a melhora do ambiente global. Aqui, temos efeito benéfico sobre mercados e condições financeiras.

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 03/12/20 - **Cidade/UF:** SP
Título: Turbinada por auxílio e juros baixos, economia cresce 7,7% no 3º trimestre **Impacto:** Neutro

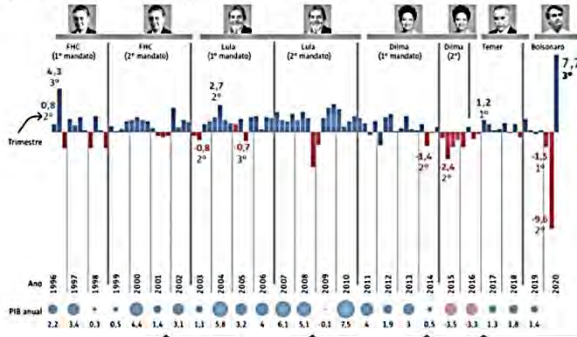
A16 SEXTA-FEIRA, 4 DE DEZEMBRO DE 2020

FOLHA DE SPALLO ***

mercado

PIB tem crescimento trimestral recorde, mas não recupera perdas da pandemia

Variação do PIB em relação ao trimestre anterior, em %



Cyber Week
Cadeira Aeron Grafite Completa
(com todos os ajustes)
12X R\$740,00

NOVO AMBIENTE

Al. Cabral Monteiro da Silva, 683
(11) 3042-2311 @movimentos
LUAZIL GOMES - @movimentos.com.br
São Paulo, 11 de Janeiro

66
Neste ano, a economia foi movida a estímulos fiscais e monetários. Não dá para manter isso para o ano que vem

Margarida Gutierrez
professora da Coppead/UFRJ

Turbinada por auxílio e juros baixos, economia cresce 7,7% no 3º trimestre

PIB, no entanto, ainda precisa avançar 4,1% para recuperar todas as perdas deste ano

Eduardo Cuculo e Nicola Pamplona

SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO Os programas de auxílio do governo, o juro baixo e a reabertura da economia levaram o PIB a registrar, no terceiro trimestre, avanço recorde de 7,7% ante o trimestre anterior, quando houvera contração inédita da atividade de 9,6%.

O número do trimestre veio abaixo das projeções do mercado e do governo, que atribuíram o resultado menor a uma questão técnica, a revisão dos dados dos trimestres anteriores para cima, e mantiveram suas projeções de crescimento neste quarto trimestre e recuperação ainda parcial das perdas da crise em 2021.

Os dados do Produto Interno Bruto foram divulgados nesta quinta (3) pelo IBGE.

Segundo o instituto, o país ainda precisa crescer 4,1% para recuperar todas as perdas deste ano e 7,3% para que a economia volte ao pico registrado no início de 2014.

A evolução da pandemia, o fim do auxílio emergencial, a recuperação do emprego e a possibilidade de alta de juros, inflação e dólar estão entre os principais desafios para que a economia consiga voltar a apontar pra cima, segundo economistas ouvidos pela folha.

Indústria e comércio, que foram menos afetados pelo distanciamento social, já re-

cuperaram as perdas do ano. Os serviços, principalmente aqueles dependentes de aglomerações, ainda estão longe da recuperação, segundo Rebecca Paiva, coordenadora de Contas Nacionais do IBGE.

"A gente ainda não voltou ao patamar pré crise principalmente por causa dos serviços, mas não é só isso. A construção cresceu ante o trimestre anterior. A parte imobiliária se recuperou bastante, mas a parte de infraestrutura, até por causa dos gastos do governo, continua pucando para baixo", disse Rebecca.

O consumo das famílias, segundo ela, se beneficiou pelo aumento do crédito às pessoas físicas, pelos programas de apoio do governo, como o auxílio emergencial, e pelas taxas de juros baixas.

Para Maurício Oreg, superintendente de Pesquisa Macroeconômica do Santander Brasil, a manutenção de juros e inflação baixos depende de o governo encerrar os programas de auxílio com impacto nas contas públicas ou mantê-los sem estourar o teto de gastos.

Segundo ele, o fim do auxílio é compatível com um cenário de crescimento de 3,4% no próximo ano. O estouro do teto, por outro lado, levava a uma sequência de eventos que provocaria contração.

Há o risco de uma segunda onda do vírus tem como con-

trapariada a expectativa de início da vacinação da população.

Para Claudio Considera, coordenador do Núcleo de Contas Nacionais do FGV Ibre, falta uma política econômica que vá além da questão fiscal.

"Com esse mantra de que tudo é fiscal, as pessoas esqueceram das palavras crescimento e emprego. Não digo só o governo. Todo o mundo no mercado só fala de ajuste fiscal. Não se discute estratégia de crescimento. E temos agora desemprego aumentando. Sem o auxílio, não sei como vai ser a demanda para estimular a economia no próximo ano. Estamos em uma si-

tuação em que o crescimento não virá espontaneamente."

Margarida Gutierrez, professora da Coppead/UFRJ, afirma que o dado do quarto trimestre vai mostrar desaceleração por causa da piora no mercado de trabalho e da redução dos estímulos fiscais.

"Para o ano que vem, vejo três grandes desafios. A recuperação do mercado de trabalho, que está muito em função do setor de serviços. A recuperação do crédito, que já está crescendo muito. E a consolidação fiscal. Neste ano, a economia foi movida a estímulos fiscais e monetários. Não dá para manter isso pa-

ra o ano que vem."

Segundo Gutierrez, para o crédito continuar funcionando, é preciso que as condições financeiras, como câmbio, juros futuros e expectativas de inflação, estejam em boas condições. "O desafio é retirar os estímulos, mas não de forma abrupta. Manter algo para os mais vulneráveis, mas sem perder a estabilidade da dívida pública. Se a ação do governo for percebida como falta fiscal, as condições financeiras ficarão deterioradas, o que vai dificultar a recuperação."

O economista do Itaú Unibanco, Luiza Barbosa, afirma que os riscos para 2021 são uma aceleração da pandemia e um atraso na vacinação, e os riscos de problemas fiscais. "Vocês vão tirar os auxílios, é importante que tire para a dinâmica de dívida não ficar explosiva. Se mantiver, vai ter mais dinheiro na mão das pessoas, mas os juros podem subir e aí você mata o principal motor de crescimento econômico".

Aitor Vidal, economista da XP, diz que o acumulo de poupança nos últimos trimestres pode fazer com que o Brasil consiga superar o impacto da retirada do auxílio no primeiro trimestre de 2021, algo que é necessário para reduzir a incerteza na área fiscal.

"A gente depende desse cenário fiscal/político para tentar inferir algum crescimento maior que 3,4% para 2021".

Os dados do IBGE mostram ainda que, em relação ao mesmo período de 2019, houve queda do PIB de 3,9%. O indicador recuou 5% no acumulado do ano e 3,4% em 12 meses. Com isso, a economia voltou ao patamar do início de 2017, quando começou a saída da recessão de 2014-2016.

Analistas consultados pela agência Bloomberg projetavam crescimento de 8,7% ante o trimestre anterior e queda de 3,8% em relação ao mesmo período do ano passado.

O Ministério da Economia projetava expansão de 8,3% no terceiro trimestre ante o segundo e queda de 3,9% sobre o mesmo período de 2019.

A taxa trimestral de crescimento é a maior registrada na série histórica do instituto, que começa em 1996, mas o dado está influenciado pela base de comparação, devido à queda recorde verificada entre abril e junho deste ano.

Reflete ainda um pacote de estímulos fiscais para enfrentar a pandemia que está entre os maiores do mundo, cerca de R\$ 200 bilhões nos últimos três meses (25% do PIB do trimestre), juros baixos e um cenário externo favorável para as exportações brasileiras.

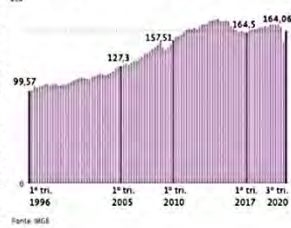
A tendência está em linha com o verificado em outros países e segundo dados compilados pela OCDE, entre cerca de 30 economias que já divulgaram o resultado do terceiro trimestre, o crescimento do PIB ficou em 8,5% na média.

O IBGE divulgou também a revisão de resultados anteriores do PIB. A alta de 1,4% para de 2018 já havia sido revisada para 1,8%. Para 2019, a revisão foi de 1,8% para 1,4%. Para os dois primeiros trimestres de 2020, os novos números são -1,5% e -9,6%. A divulgação anterior apontou 2,2% e -9,2%.

Leia mais da pag. A17 à A22

PIB volta ao patamar do início de 2017

Variação do PIB em número índice (média de 1991-2007)



Acertar o PIB em cima é sorte; competência é errar pouco, diz FGV

ENTREVISTA CLAUDIO CONSIDERA

Eduardo Cuculo

SÃO PAULO O crescimento da economia no terceiro trimestre de 7,7%, um ponto percentual abaixo da projeção da maioria dos economistas à revisão feita pelo IBGE nos dados a partir de 2018, que jogaram os números desde aquele ano para cima.

O resultado, porém, ficou muito próximo do crescimento apontado por outro indicador, o Monitor do PIB do FGV Ibre.

Para Claudio Considera, coordenador do Núcleo de Contas Nacionais do instituto, o bom resultado do indicador pode ser explicado pela in-

corporação de mudanças no PIB de 2018 anunciadas pelo IBGE em novembro, que ajudaram a melhorar a estimativa da instituição para o resultado nos trimestres seguintes.

Considerando que vocês chegaram muito próximos, houve alguma surpresa no dado desta quinta? Estimamos para cima o consumo das famílias e para baixo da Formação Bruta de Capital Fixo. Em relação ao trimestre anterior, a maior surpresa foi a construção.

Essas revisões do PIB dessa magnitude são comuns? O mundo inteiro faz revisões muito maiores do que as que o IBGE faz. Em algumas atividades, há um problema na

informação base [na primeira divulgação do PIB]. Mas depois o IBGE corrige através dos dados das empresas e corrige muito bem.

O que os dados apontam para os trimestres seguintes? O dado de outubro do IAE (Índice de Atividade Econômica) do FGV Ibre mostra uma desaceleração do crescimento fantástica. Cresceu 1,8%, mostrando que devemos ter um quarto trimestre em que a recuperação não deve ser muito elevada. O maior problema é 2021.

Com essa base tão baixa, vai crescer. O problema é crescer o suficiente para recuperar o que perdeu em 2020. Teria de crescer pelo menos 4%, 4,5%. Senão vai ficar devendo.



Claudio Considera, 74

Coordenador do Núcleo de Contas Nacionais do FGV Ibre. Foi secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda e chefe das Contas Nacionais do IBGE

o que é necessário para que se tenha um resultado mais forte em 2021 diante da retirada de estímulos fiscais? Temos de refletir um pouco em termos de política econômica. Com esse mantra de que tudo é fiscal, as pessoas esqueceram das palavras crescimento e emprego.

Não digo só o governo. Todo o mundo no mercado só fala de ajuste fiscal. Não se discute estratégia de crescimento. E temos agora as taxas de desemprego aumentando. Sem o auxílio emergencial [que tem problema de ser pago neste mês], não sei como vai ser a demanda para estimular a economia no próximo ano. Estamos em uma situação em que o crescimento não virá espontaneamente.

Veículo: Folha de São Paulo - Tipo de Mídia: Jornal - Data: 03/12/20 - Cidade/UF: SP
Título: Pandemia segura recuperação dos serviços Impacto: Neutro

05:32 Sexta-feira 4 de dezembro

100%

A18 SEXTA-FEIRA, 4 DE DEZEMBRO DE 2020

FOLHA DE SÃO PAULO

mercado

Pandemia segura recuperação dos serviços

Apesar da retomada do comércio, atividades ligadas à família, como alojamento e lazer, crescem menos, diz IBGE

NO DE JANEIRO DE SÃO PAULO O principal motor da economia brasileira, o setor de serviços, ainda sofre com as restrições impostas após o início da pandemia e ajudou a segurar a recuperação do PIB.

12,5% no trimestre. O problema são os serviços das famílias, afirma. Não tem como alguém cortar cabelo virtualmente, então essas atividades foram muito afetadas pela pandemia. Mesmo com a reabertura de algumas atividades, diz, o modo da contaminação fez com que muitas reduzissem o consumo.



Embora os serviços sejam vistos como dependentes da renda, a pandemia trouxe novos insights para a análise deste importante setor. Sem dúvida, os serviços foram os mais afetados pelas medidas de distanciamento social e sequestramento de renda.

os. Os efeitos propulsores se concentram na atividade industrial. Em outras palavras, os serviços não conseguiram liderar uma trajetória expansiva.

Apesar da alta de 6,3% na comparação com o trimestre anterior, o setor ainda acumulou a queda de 5,3% no ano. No trimestre, houve recuperação em todas as atividades de serviços pesquisadas pelo IBGE, com destaque para o comércio, que cresceu 15,9% impulsionado pela maior oferta de crédito e pelo auxílio emergencial.

Atividades mais ligadas ao lazer, como cinemas, só reabriram em meados do trimestre, e ainda assim com muitas restrições em relação ao número de frequentadores. Apesar da alta no trimestre, os serviços mais dependentes do consumo das famílias acumulam queda acentuada no ano.

Retomada do setor pode elevar inflação e desigualdade. ANÁLISE Thiago de Moraes Moreira consultor em planejamento estratégico e professor de Contas/TC de 3º trimestre/20.

Além disso, é necessário fazer alguns alertas para essa possível configuração setorial. Em um contexto de elevação do nível de desemprego e necessidade de geração de caixa pelas empresas prestadoras de serviços depois de um ano de dificuldades financeiras, é possível que tenhamos uma combinação de aumento da desigualdade e aceleração inflacionária.



Brasilieiro, guarda gordura para o ano que vem, e PIB anda menos do que se esperava. ANÁLISE Vinícius Torres Frêre

Agropecuária perde força, e incertezas para 2021 crescem. ANÁLISE Mauro Zafalon

De mais notável é que: 1) na calamidade, a renda andou na frente do consumo. 2) na média, deve haver alguma gordura para queimar no início de 2021. Na média ou na soma total dos rendimentos, ressalte-se: os efeitos do auxílio e similares pode não ser um baquetão grande trua

meia, pois muita gente vai cair na pobreza e na miséria. Por que o consumo das famílias foi 'frustrante'? Por ora, é possível especular de modo razoável que: 1) medo da epidemia, de sair para consumir; 2) dificuldade de gastar (para os mais remediados ou ricos); 3) precaução: não se sabe se a epidemia acaba, se vai ter emprego, para onde vai a economia, dado o desemprego; 4) pessoas com baixa renda, que receberam o auxílio, que foi relativamente grande, sabem que a ajuda não durará. Guardaram algum.

Outras atividades de serviços valem 10,4% do PIB. Transportes etc., 4,3%. São um pedacinho da produção ou da renda da economia, portanto. Ainda são as atividades mais deprimidas neste ano de calamidade. Quanto à poupança: o que quer dizer que o país 'poupançou' mais? A taxa de poupança aumentou bruscamente. 'Poupança' significa aqui, no PIB, rendimentos pagos e não consumidos no conjunto da economia. Não quer dizer que o dinheiro está sobrando, que as estatísticas do IBGE são boas, coisa assim.

A produção de proteínas também não terá muito espaço para a pecuária. Há dificuldades na reposição de animais, após uma aceleração da produção e aumento dos custos. No caso dos custos, os preços elevados dos insumos utilizados na produção de carne, como os da soja e do milho, foram uma elevação dos preços dos produtos.

Veículo: Valor Econômico - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 03/12/20 - **Cidade/UF:** São Paulo / SP
Título: PIB tem alta recorde, mas quadro à frente é nebuloso **Impacto:** Neutro

A6 | Valor | Sexta-feira, 4 de dezembro de 2020

Brasil

Conjuntura Economia cresce 7,7% no 3º tri e deixa recessão para trás

PIB tem alta recorde, mas quadro à frente é nebuloso

De São Paulo e do Rio

A economia brasileira deixou a recessão para trás no terceiro trimestre, com um crescimento do PIB de 7,7% em relação ao trimestre anterior, feito o ajuste sazonal. Foi o maior ritmo de expansão da série iniciada em 1996, mas a alta recorde se deu após o tombo de quase 10% do trimestre anterior, quando a atividade foi atingida em cheio pelo impacto da pandemia da covid-19. Além da fraquíssima base de comparação, os estímulos fiscais generosos, especialmente o auxílio emergencial, contribuíram de modo decisivo para o crescimento. Pelo lado da demanda, o consumo das famílias e o investimento foram os destaques; pelo lado da oferta, a indústria teve a alta mais forte, seguida pelos serviços.

Depois desse crescimento expressivo, a expectativa é de desaceleração do PIB no quarto trimestre, um período em que o auxílio teve valor de R\$ 300, metade do montante inicial. Para 2021, uma série de fatores torna o cenário nebuloso: a incerteza fiscal, o risco de recrudescimento da covid-19, a fraqueza do mercado de trabalho e a retirada dos estímulos fiscais — o benefício emergencial, por exemplo, expira neste mês. Do lado positivo, as expectativas mais otimistas em relação a vacinas contra a covid podem dar alento à atividade, especialmente no cenário externo.

A alta forte do terceiro trimestre foi insuficiente para zerar as perdas da pandemia — o PIB ainda ficou 4,1% abaixo do nível do quarto trimestre de 2019, o último a não ser afetado pelo covid-19, segundo informou ontem IBGE.

O crescimento de 7,7% ficou consideravelmente abaixo das projeções dos analistas — a mediana das estimativas dos analistas consultados pelo Valor Data apontava para uma expansão do PIB de

8,8%. Houve, porém, várias revisões dos números anteriores, como ocorre nas divulgações das contas nacionais do terceiro trimestre. O PIB de 2019, por exemplo, teve seu crescimento elevado de 1,1% para 1,4%. O resultado do primeiro trimestre também foi revisado para cima — a queda de 2,5% em relação ao trimestre anterior passou para um recuo de 1,5%. O número do segundo trimestre nessa base de comparação ficou quase idêntico — a retração de 9,7% deu lugar a um tombo de 9,6%. Desse modo, a base de comparação é um pouco mais alta do que antes da revisão. Bancos e consultorias não promoveram mudanças drásticas nas estimativas para o crescimento de 2020 e 2021. Para este ano, as previsões são de uma retração de 4% a 5%; para o ano que vem, há maior divergência nas projeções — há quem estime 2,2%, como o ASA Investments e quem aposte em 4%, como o Credit Suisse e o Itaú Unibanco.

Para o economista Luka Barbosa, do Itaú Unibanco, o resultado do terceiro trimestre confirmou a recuperação desigual entre os setores, com produção industrial e comércio numa retomada em "V" e serviços ainda em ritmo lento. A instituição manteve a expectativa para o PIB de 2020, de queda de 4,1%, e para o quarto trimestre, quando deve mostrar avanço de 2,9% ante os três meses anteriores. "Alguns serviços, que envolvem aglomeração, como bares, restaurantes e serviços públicos de educação e saúde, são a parte da economia que deve se recuperar mais lentamente", disse Barbosa. Há várias previsões de uma alta do PIB na casa de 2% no quarto trimestre.

No terceiro trimestre, os serviços cresceram 6,3% no terceiro trimestre em relação aos três meses anteriores, depois de terem caído 9,4% no segundo. Já a indústria teve crescimen-

Respiro no PIB

Economia brasileira recupera no 3º trimestre parte das perdas

■ Variação do PIB nacional ante o trimestre imediatamente anterior, em %



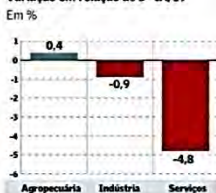
Componentes do PIB

Ótica da oferta

Variação em relação ao 2º tri/20



Variação em relação ao 3º tri/19



Ótica da demanda

■ Variação em relação ao 2º tri de 2020, em % ■ Variação em relação ao 2º tri de 2019, em %



Buraco é mais embaixo

Variação do PIB no acumulado em quatro trimestres, em %



Fonte: IBGE

to forte, de 14,8%, depois de ter encalhado 13% no trimestre anterior. O segmento de transformação puxou o setor, com alta de 23,7%, mas que ocorreu após o mergulho de 19,1% nos três meses anteriores. A construção civil também foi bem, com alta de 5,6%. Por fim, ainda pelo lado da oferta, a agropecuária recuou 0,5%.

Pelo lado da demanda, o investimento cresceu 11%, mas a formação bruta de capital fixo (FBCF, medida do que se investe em máquinas e equipamentos, construção civil e inovação) ainda está mais de 27% abaixo do pico atingido no terceiro trimestre de 2013. O consumo das famílias cresceu 7,6%, embalado pelo impulso do auxílio emergencial, que atendeu mais de 67 milhões de pessoas. O consumo do governo avançou 3,5%.

O setor externo teve contribuição positiva para o PIB, uma vez que as exportações tiveram um desempe-

lho melhor que as importações. Enquanto as vendas externas caíram 2,1% em relação ao trimestre anterior, as compras recuaram 9,6%. Nos cálculos do diretor de pesquisa para a América Latina do Goldman Sachs, Alberto Ramos, o setor externo contribuiu com 0,97 ponto percentual para o crescimento do PIB de 7,7% no terceiro trimestre.

A demanda doméstica final, formada pelo consumo das famílias, o consumo do governo e o investimento, excluindo a variação de estoques, cresceu 7,5% no terceiro trimestre em relação ao trimestre anterior, segundo Ramos. No segundo trimestre, havia recuado 11,6%.

"A flexibilização parcial das restrições ao longo do período de julho a setembro e os diversos estímulos monetários, creditícios e principalmente fiscais foram decisivos para a preservação da renda real e a rápida recuperação do co-

mércio, da indústria e dos indicadores de confiança ao longo do período", dizem os economistas da LCA Consultores, ao tratar do desempenho do terceiro trimestre.

Para 2021, há vários fatores de incerteza. O maior deles é a indefinição sobre o cenário para as contas públicas. Não há certeza se o teto de gastos será respeitado, por exemplo. Outra dúvida é se o auxílio emergencial será mesmo extinto no fim deste ano, ou se será prorrogado por alguns meses, probabilidade que hoje parece pequena. Além disso, há o risco de uma piora mais forte da covid-19, que já mostra crescimento no número de casos e mortes. A vacina, por sua vez, pode ajudar, ainda que haja dúvidas sobre como vai funcionar a imunização no Brasil.

"Embora a velocidade de retomada surpreenda em relação ao projetado no início da pandemia,

o resultado reforça o diagnóstico acerca do caráter desigual da recuperação entre setores, o que sinaliza uma retomada ainda passível de incertezas, já que segue sensível a aspectos de ordem econômica, política e sanitária", resume o economista Thiago Xavier, da Tendências Consultoria Integrada. "O cenário básico, espera-se menor ritmo de expansão nos próximos trimestres, diante do quadro de redução do arsenal anticíclico de combate à pandemia, em um contexto de reação tardia do mercado de trabalho e inflação relativamente pressionada, além da persistência do medo da pandemia como fonte de incerteza e limitação à demanda agregada", afirma ele. (Sergio Lamucci, Hugo Passarelli, Alessandra Saraiva, Gabriel Vasconcelos e Rafael Rosas)

Ler mais nas páginas A8, A10, A16 e A24

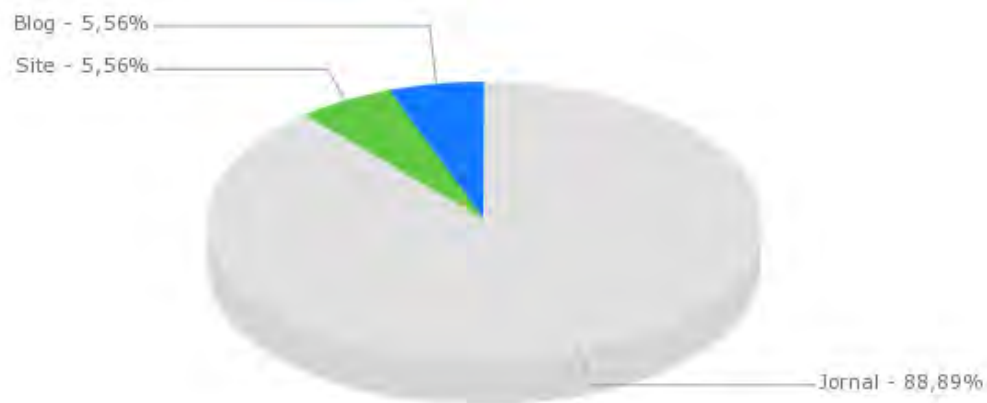
Clippings

Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
03/12/20	190rn	Site			Guarda Municipal realiza segurança preventiva do "CDL nos Bairros"	Positivo	Matéria		B			
03/12/20	Blog de Assis	Blog	João Câmara	RN	Blog de Assis	Positivo	Matéria		B			
03/12/20	Tribuna do Norte	Jornal	Natal	RN	STF começa julgamento sobre reeleição no Congresso	Neutro	Matéria		A			
03/12/20	Tribuna do Norte	Jornal	Natal	RN	Natal tem maior índice de famílias endividadadas do País	Neutro	Matéria		A			
03/12/20	Tribuna do Norte	Jornal	Natal	RN	Em Mossoró, Mourão critica 'assistencialismo'	Neutro	Matéria		A			
03/12/20	Tribuna do Norte	Jornal	Natal	RN	PIB cresce 7,7%, mas não repõe perdas da pandemia	Neutro	Matéria		A			
03/12/20	Tribuna do Norte	Jornal	Natal	RN	'Dívida podre' do RN alcança R\$ 4 bi	Neutro	Matéria		A			
03/12/20	O Globo	Jornal	São Paulo	SP	País cresce 7,7% no terceiro tri, mas incerteza pesa sobre retomada	Neutro	Matéria		A			
03/12/20	O Globo	Jornal	Brasília	DF	Montanha-russa, cinco histórias que ilustram o inusitado ano de 2020 na economia	Neutro	Matéria		A			

Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
03/12/20	O Globo	Jornal	Brasília	DF	Câmara aprova MP que cria Casa Verde e Amarela	Neutro	Matéria		A			
03/12/20	Folha de São Paulo	Jornal		DF	Economia está voltando em V, realmente está voltando, diz Guedes	Neutro	Matéria		A			
03/12/20	Folha de São Paulo	Jornal		DF	Dados mostram que auxílio era necessário para arrefecer recessão	Neutro	Artigo		A			
03/12/20	Valor Econômico	Jornal	São Paulo	SP	PIB per capita deve levar dez anos para voltar ao nível de 2013	Neutro	Matéria		A			
03/12/20	O Globo	Jornal	Brasília	DF	Guedes vê rápida recuperação	Neutro	Matéria		A			
03/12/20	Valor Econômico	Jornal	São Paulo	SP	PIB foi inflado por demanda que não vai repetir, diz Kawall	Neutro	Matéria		A			
03/12/20	Folha de São Paulo	Jornal		SP	Turbinada por auxílio e juros baixos, economia cresce 7,7% no 3º trimestre	Neutro	Matéria		A			
03/12/20	Folha de São Paulo	Jornal		SP	Pandemia segura recuperação dos serviços	Neutro	Matéria		A			
03/12/20	Valor Econômico	Jornal	São Paulo	SP	PIB tem alta recorde, mas quadro à frente é nebuloso	Neutro	Matéria		A			

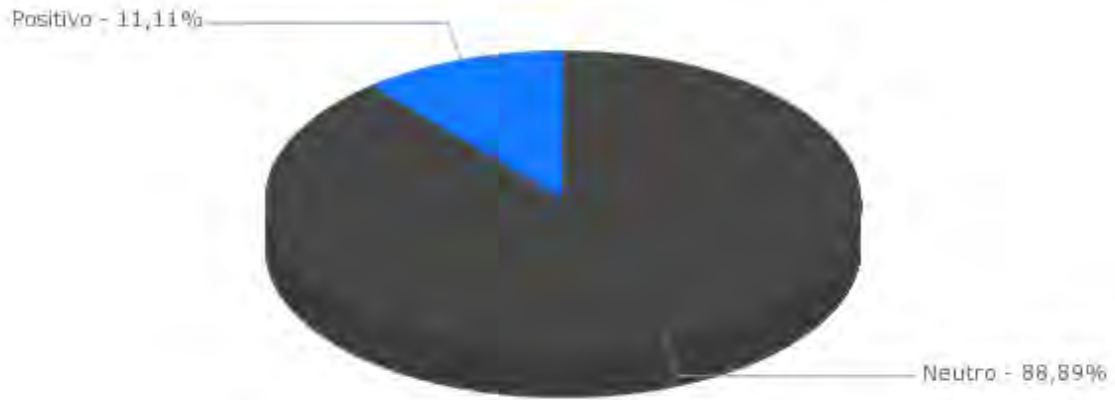
Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Ca t	Pg s.	Centim./Min ut.	Valor Editori al
Qtde.: 18												

Clippings por Tipo de Mídia



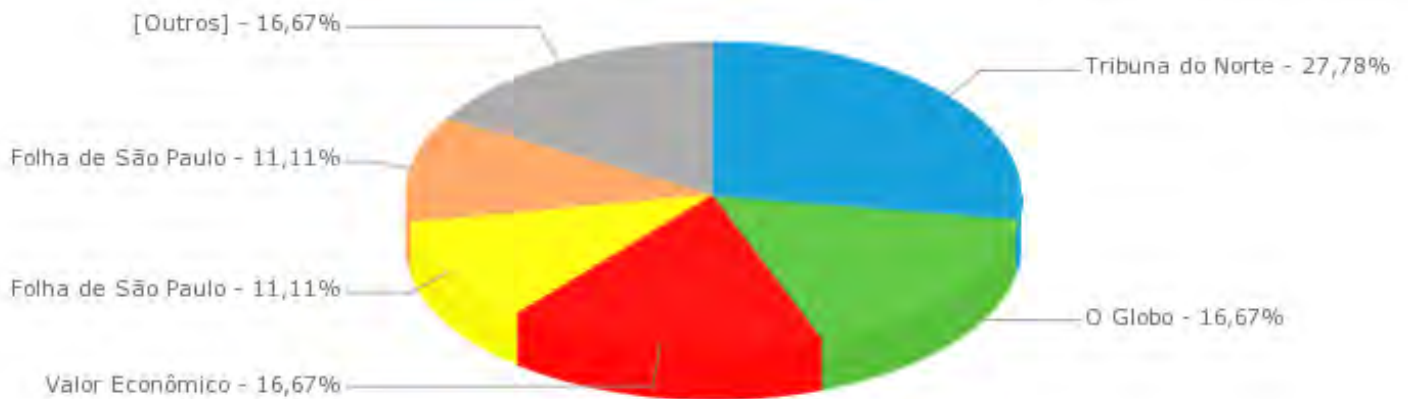
Tipo de Mídia	Qtde.	%
Jornal	16	88,89 %
Site	1	5,56 %
Blog	1	5,56 %
Total:		18

Clippings por Impacto



Impacto	Qtde.	%
Neutro	16	88,89 %
Positivo	2	11,11 %
		Total: 18

Clippings por Veículo



Veículo	Tipo de Mídia	Qtde.	%
Tribuna do Norte	Jornal	5	27,78 %
O Globo	Jornal	3	16,67 %
Valor Econômico	Jornal	3	16,67 %
Folha de São Paulo	Jornal	2	11,11 %
Folha de São Paulo	Jornal	2	11,11 %
O Globo	Jornal	1	5,56 %
Blog de Assis	Blog	1	5,56 %
190m	Site	1	5,56 %
Total:			18